



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

O Papel das Construções Informais na busca de identidade de um Bairro: Casos de Estudo no Parque Habitacional de Loures

Ana Rita Arcanjo Paes

Mestrado Integrado em Arquitetura

Orientador(a):

Doutora Sara Eloy Cardoso Rodrigues, Professora Auxiliar,
ISCTE

Orientador(a):

Doutora Stefania Stellacci, Investigadora Auxiliar,
ISCTE

Novembro, 2022



TECNOLOGIAS
E ARQUITETURA

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

O Papel das Construções Informais na busca de identidade de um
Bairro: Casos de Estudo no Parque Habitacional de Loures

Ana Rita Arcanjo Paes

Mestrado Integrado de Arquitetura

Orientador(a):

Doutora Sara Eloy Cardoso Rodrigues, Professora Auxiliar,
ISCTE

Orientador(a):

Doutora Stefania Stellacci, Investigadora Auxiliar,
ISCTE

Novembro, 2022

Índice

Abstract	9
Agradecimentos	10
Índice de figuras	11
Índice de tabelas	15
Glossário de Siglas	15
1 Introdução	16
1.1 Objetivos.....	17
1.2 Metodologia	17
1.3 Estrutura do trabalho	18
2 O informal e o formal em Arquitetura	20
2.1 Formalidade e informalidade.....	20
2.2 O direito à personalização do espaço habitacional.....	21
2.3 Casos de estudo	24
3 Habitação Social em Portugal (1933-1976)	27
3.1 Breve introdução.....	27
3.2 Apontamentos sobre o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL).....	31
3.3 Programa de Especial de Realojamento (PER).....	32
3.4 Breves notas conclusivas sobre as políticas públicas habitacionais (SAAL e PER)	35
4 O parque habitacional de Loures.....	36
4.1 Análise Histórica do Concelho - Relevância no PER	36
4.2 Panorama Atual do Concelho de Loures	39
4.3 Habitação em Loures	43
4.3.1 Panorama do parque habitacional.....	43
4.3.2 Políticas Territoriais, 1º Direito.....	46

5	A informalidade nos bairros sociais de Loures	49
5.1	Escolha dos casos de estudo e principais características	49
5.2	Processos de recolha de informação	50
5.3	Parcela 6.....	52
5.3.1	Breve enquadramento histórico-geográfico.....	52
5.3.2	Análise da evolução do desenho urbano	54
5.3.3	Interação com moradores e Câmara Municipal de Loures.....	58
5.3.4	As apropriações informais no bairro	59
5.3.5	Síntese das principais alterações introduzidas pelos habitantes no Bairro da Parcela 6	83
5.4	Bairro Municipal da Quinta das Mós.....	86
5.4.1	Breve enquadramento	86
5.4.2	As apropriações informais no bairro	87
5.4.3	Síntese das principais alterações introduzidas pelos moradores no Bairro de Quinta das Mós	91
5.5	Bairro CAR de Camarate.....	93
5.5.1	Contexto e origem.....	93
5.5.2	As apropriações informais no bairro	94
5.5.3	Síntese das principais alterações introduzidas pelos habitantes no Bairro Car de Camarate	103
5.6	Bairro de Santo António.....	104
5.6.1	Contexto e Origem.....	104
5.6.2	As apropriações informais no bairro	105
5.6.3	Síntese das principais alterações introduzidas pelos moradores no Bairro de Santo António.....	119
6	Conclusões e Crítica – Comparações entre os Bairros.....	120

7	Considerações Finais.....	122
	Referências	124
	Anexo 1 – Workshop	127

Resumo

O espaço arquitetónico está em constante transformação, como reflexo da sociedade civil que o utiliza. Existe para as pessoas e está sujeito a múltiplas alterações, que refletem as mudanças na vida do indivíduo e da comunidade para qual o espaço arquitetónico foi projetado.

Este trabalho visa estudar o espaço urbano informal no contexto de bairros de habitação de apoio social, focando-se na apresentação, problematização e discussão de alguns dos temas emergentes no debate da arquitetura contemporânea e urbanismo. Para tal realiza-se o mapeamento e a análise de situações de alteração do espaço público e do edificado, usando como casos de estudo quatro bairros municipais do concelho de Loures: Bairro da Parcela 6, Urbanização Quinta das Mós, Bairro de Santo António e CAR de Camarate.

Através de uma observação *in situ* e sessões de debate com os moradores, a presente investigação foca-se na análise das apropriações no espaço exterior (espaços verdes, equipamentos coletivos), bem como alterações do edificado (configuracional e/ou cromática das fachadas exteriores, alteração de coberturas, dos vãos, dos muros e das coberturas).

Procura-se refletir sobre as razões destas apropriações através de uma análise comparativa que permita compreender como alguns aspetos do projeto arquitetónico poderiam ser repensados, incidindo na flexibilidade de uso e na qualidade de vida dos moradores.

Pretende-se que este trabalho contribua para o debate sobre a qualidade de vida nos bairros sociais, traçando trajetórias para a resolução de alguns problemas existentes, realçando a sua importância com a aplicação em casos de estudo similares.

Palavras-chave: Bairro Social, Apropriações, Informalidade, Loures, Parcela 6

Abstract

The architectural space, as a reflect of the civil society, is under constant change. There are many alterations that reflect the changes in the individual's life and the community for which architectural space was planned.

We study the informal urban space in the context of social housing quarters, focusing on the analysis, interpretation, and discussion of some of the emerging themes in the debate in contemporary architecture and urbanism. To this cause, the mapping and the analysis of alteration patterns of the public and built space was developed using as case studies four municipal districts of the council of Loures: Bairro da Parcela 6, Urbanização Quinta das Mós, Bairro de Santo António and CAR de Camarate.

Starting from on-site observation and discussion sessions with neighbourhood inhabitants, this investigation focuses on the analysis of the adaptation patterns in the exterior spaces (green spaces, collective equipment), as well as building alterations (configuration and/or color of the exterior facades, alteration of the façades, doors, walls and the finishing).

In this comparative analysis, we reflect on the reasons for these appropriation patterns to understand how some aspects of the architectural project could become better, resulting in a greater flexibility of use and less negative impact of the properties encountered.

This study aims to contribute to the debate on the quality of life of our social partners, tracing paths for a possible resolution of some existing problems, realizing his importance with the application in similar study cases.

Keywords: Social Neighborhood, Appropriations, Informality, Loures, Parcela 6

Agradecimentos

Às minhas orientadoras, Prof^a Sara e Prof.^a Stefania, que me acompanharam neste percurso e puxaram sempre por mim. Acima de tudo, obrigada por não desistirem para mim. Não imaginam o quão importante isto foi.

À minha mãe, que é e será sempre a minha guerreira. Obrigada por me apoiares, por me levatares quando a queda aconteceu, e acima de tudo, por nunca, mas nunca desistires de mim. Não há maior exemplo do que tu.

À minha irmã, que é a minha maior apoiante que alguma vez terei.

Ao meu pai, que sempre me incentivou a querer ser mais e melhor.

Aos meus avós, que sempre cuidaram de mim. Sei que se orgulham muito de mim e que esta conquista significa tudo para vocês.

Aos meus padrinhos, que são os meus segundos pais e foram grandes pilares nestes anos.

Ao Bernardo, ao Luís e à Mafalda, por terem sido o que melhor este curso me deu.

À Beatriz e à Rita, as minhas irmãs de coração.

Por fim, a mim. Consegui.

Índice de figuras

Figura 1 - Evolução da Torre de Bois-le-Prêtre (Carvalho, 2020, pg. 121).....	25
Figura 2 – Exemplos de personalização das fachadas na Quinta da Malagueira (Eloy & Vermaas, 2022, pg. 6).....	26
Figura 3 - Exemplo de bairro dos pescadores na Costa da Caparica, em Almada (Via SIPA)	28
Figura 4 - Bairro de lata nos arredores de Lisboa, s/d (Carvalho, 2020)	33
Figura 5 - Bairros clandestinos na periferia de Lisboa em 1971 (Jorge, 2010, p.22) ...	38
Figura 6 - Evolução dos fogos de habitação social construídos nos bairros sociais de Loures (EY Parthenon, 2021)	39
Figura 7 - Mapa do concelho de Loures	40
Figura 8 - Relação de Loures com o distrito de Lisboa (EY Parthenon, 2021, pg.29) ..	40
Figura 9 - Diagrama de densidade populacional em Loures (fonte: INE, 2021).....	42
Figura 10 – Mapa de número de residente por freguesia em Loures (fonte: INE, 2021)	42
Figura 11 - Linha temporal da promoção de bairros de habitação pública em Loures (Fonte: Loures, 2021).....	43
Figura 12 - Ortofotomapa com identificação do parque habitacional social de Loures	45
Figura 13 - Definição dos três eixos da proposta do ELH (EY Parthenon, 2021, pg. 112)	47
Figura 14 - Gráfico com identificação das freguesias com maior número de edifícios de habitação social (fonte: CM Loures)	49
Figura 15 - Sessão de apresentação dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do PFA, na Parcela 6 (maio 2022)	51
Figura 16 - Fases de construção do bairro da Parcela 6	53
Figura 17- Ortofotomapa da Parcela 6 (Google Earth, 2022)	53
Figura 18 - Configuração do espaço público exterior (1988 vs 2022)	54
Figura 19 - Equipamentos degradados do parque infantil- anteriormente (fonte: CM Loures, 2020).....	55

Figura 20 - Atual espaço público, zona do antigo parque infantil	55
Figura 21 - Passeios ocupados	55
Figura 22 - Vista dos blocos habitacionais pela estrada de acesso à Parcela 6	56
Figura 23 - Vista pela rua Ruy de Carvalho para as moradias da Parcela 6	56
Figura 24 - Plantas representativas dos blocos habitacionais	56
Figura 25 - Plantas esquemáticas e representativas das moradias da Parcela 6.....	57
Figura 26 - Representação esquemática dos acessos planeados para as moradias	57
Figura 27 - Identificação de cada lote do conjunto dos edifícios da Parcela 6.....	60
Figura 28 - Planta com registo das apropriações em espaços verdes na Parcela 6.....	61
Figura 29 - Planta com registo das apropriações com pequenas construções na Parcela 6.....	62
Figura 30 - Planta com registo de destruição de espaços coletivos na Parcela 6.....	63
Figura 31 - Planta com registo de depósito de resíduos na Parcela 6	64
Figura 32 - Planta com registo das alterações na fachada das moradias da Parcela 6	65
Figura 33- Planta com registo das alterações nos vãos das janelas nas moradias da Parcela 6	66
Figura 34 - Planta com registo das alterações nos vãos das portas nas moradias da Parcela 6	67
Figura 35 - Planta com registo das alterações nas coberturas das moradias da Parcela 6	68
Figura 36 - Planta com registo das alterações dos muros nas moradias da Parcela 6.	70
Figura 37- Alçado com as alterações na fachada do Lote 2 na Parcela 6	73
Figura 38 - Alçado com as alterações na fachada do Lote 3	74
Figura 39- Alterações na fachada do Lote 4	74
Figura 40 - Alçado com as alterações dos vãos das janelas no Lote 1	75
Figura 41- Alçado com as alterações nos vãos das janelas no lote 2	76
Figura 42- Alçado com as alterações nos vãos das janelas no lote 3	77
Figura 43- Alçado com as alterações nos vãos das janelas no lote 4	78
Figura 44 - Alçado com as alterações nos vãos das portas no lote 1	79
Figura 45 - Alçado com as alterações nos vãos das portas no lote 2	80
Figura 46- Alçado com a indicação das alterações nos vãos das portas do lote 3.....	81

Figura 47 - Alçado do lote 4 com o mapeamento da alteração nas portas.....	82
Figura 48 – Registo das novas entradas da Parcela 6	83
Figura 49 – Corte esquemático com registo das apropriações nos muros e limite dos lotes das moradias da Parcela 6.....	84
Figura 50 – Mapa das moradias com maiores alterações da Parcela 6.....	85
Figura 51 - Planta esquemática com registo da apropriação encontrada nos blocos habitacionais.....	85
Figura 52 - Bairros que conformam os Fetais (Antunes, 2011).....	86
Figura 53 - Registo fotográfico do bairro da Quinta das Mós	87
Figura 54 - Planta com registo das apropriações com pequenas construções na Quinta das Mós	88
Figura 55 - Planta com registo do depósito ilegal de resíduos na Quinta das Mós	89
Figura 56 - Espaço Público do bairro da Quinta das Mós.....	91
Figura 57 - Vandalismo praticado nos espaços comerciais.....	92
Figura 58 - Planta do projeto (fonte: CM Loures, 2022).....	93
Figura 59 - Exemplo de tipologia pré-fabricada (Fonte: Sipa, 2014)	93
Figura 60- Planta com registo das alterações na fachada do Bairro CAR de Camarate	95
Figura 61 - Planta com registo das alterações nos muros do bairro CAR de Camarate	97
Figura 62 - Planta com registo das alterações nas portas do bairro CAR de Camarate	98
Figura 63 - Planta com registo das alterações nas coberturas do bairro CAR de Camarate	99
Figura 64 - Planta com registo das alterações nos muros do bairro CAR de Camarate	101
Figura 65 - Planta esquemática com registo da apropriação destacada do bairro CAR de Camarate.....	103
Figura 66 – Resumo da apropriação para garagem	103
Figura 67 - Projeto do Bairro de Santo António (Fonte: CM Loures, 2022)	105
Figura 68 - Registo da intervenção feita em 2021 no Bairro de Santo António.....	105

Figura 69 - Planta com registo das apropriações em espaços verdes no Bairro de Santo António.....	106
Figura 70- Planta com registo das alterações na fachada no Bairro de Santo António	108
Figura 71 - Planta com registo das alterações nas janelas do Bairro de Santo António	111
Figura 72 - Planta com registo das alterações nas portas no Bairro de Santo António	113
Figura 73 - Planta com registo das alterações nas coberturas no Bairro de Santo António	115
Figura 74 - Planta com registo das alterações nos muros no Bairro de Santo António	117
Figura 75 - Maquete de estudo em barro (Silva, Inês)	127
Figura 76 - Ortofotomapa e axonometria do projeto (Autoria: grupo de estudantes do Projeto Final de Arquitetura 2021-2022).....	128
Figura 77 – Vista axonométrica da intervenção e corte perspectivado (Autoria: grupo de estudantes do Projeto Final de Arquitetura 2021-2022)	129
Figura 78 - Alçado Conceptual (Autoria: grupo de estudantes do Projeto Final de Arquitetura 2021-2022)	129
Figura 79 – Fotomontagem sobre a passagem e a conexão entre a Cerca e a muralha (Autoria: grupo de estudantes do Projeto Final de Arquitetura 2021-2022)	129

Índice de tabelas

Tabela 1 - Tabela com evolução do número de residentes do distrito de Lisboa e Loures entre 1950-2011 (Loures, 2021)	37
Tabela 2 - Descrição dos bairros sociais de Loures (nº fogos, programa e respetiva data de execução)	44

Glossário de Siglas

AML – Área Metropolitana de Lisboa

CAR – Comissão de Apoio aos Refugiados

CM – Câmara Municipal

CML – Câmara Municipal de Loures

ELH – Estratégia Local de Habitação

FFH – Fundo Fomento de Habitação

IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

PER – Programa Especial de Realojamento

PIMP - Plano de Intervenção a Médio Prazo para a Habitação Social de Lisboa

PRR – Plano de Recuperação e Resiliência

SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

1 Introdução

O presente trabalho visa o estudo do espaço urbano informal no contexto de bairros de habitação social, focando-se na apresentação, problematização e discussão de alguns dos temas emergentes no debate da arquitetura contemporânea e urbanismo. Para tal realiza-se o mapeamento e a análise de situações de alteração do espaço público e do edificado em quatro bairros municipais do concelho de Loures.

Este estudo enquadra-se no âmbito de investigação da antropóloga Rita Cachado, que salienta: *"A discussão sobre a habitação em geral, embora fértil em análises críticas sobretudo no domínio da sociologia, carece, contudo, de afirmação disciplinar. É na interseção entre disciplinas como a arquitetura e o urbanismo, classicamente mais associadas à habitação, com as ciências sociais, que aquela se pode afirmar."* (Cachado, 2013, pg. 135).

Existe uma oportunidade de convergir a disciplina da arquitetura com as ciências sociais, para em diálogo com a população que habita a cidade, para uma cidade desenhada de modo mais justo e inclusivo. *"Pretende-se realçar a importância da componente sociológica na abordagem ao espaço habitacional social."* (Carvalho, 2020, pg. V.)

Neste contexto, pretende-se aprofundar o tema da personalização e da apropriação do espaço público e do edificado por parte dos moradores em bairros sociais, focando-se no conceito da informalidade da ação/ocupação dos moradores desses espaços.

As apropriações informais sobre o espaço são soluções formuladas pela população para satisfazer as suas necessidades e preferências quando estas não são garantidas pelo planeamento dos edifícios e espaços públicos onde habitam. A observação das dinâmicas urbanas nos locais em causa podem ser uma ferramenta útil no trabalho de regeneração nos complexos habitacionais sociais. Essas dinâmicas urbanas podem ser caracterizadas pelo conjunto de mudanças socioespaciais, que afetam o espaço – seja pela mobilidade de grupos sociais no tempo e no espaço, bem como pela evolução da própria paisagem (Galhardo, 2014).

Em simultâneo, é essencial compreender o modo de habitar esse informal, que está relacionado diretamente com os rendimentos e necessidades variáveis dos agregados familiares.

1.1 Objetivos

O objetivo principal deste trabalho é estudar as apropriações realizadas no espaço público e no edificado realizadas pelos moradores nos Bairros da Parcela 6, CAR de Camarate, Bairro de Santo António e Quinta das Mós, bairros municipais do concelho de Loures, localizados na freguesia de Camarate, Unhos e Apelação.

A esta apropriação chamamos de informalidade, em contraste com a formalidade dos projetos de arquitetura submetidos e aprovados pelas respetivas entidades reguladoras e instituições diversas, entre as quais as câmaras municipais.

Os objetivos secundários deste trabalho são:

- Identificar os aspetos de informalidade existentes no bairro da Parcela 6, na Freguesia de Unhos, em Loures;
 - Comparar os aspetos de informalidade nos bairros da Parcela 6, Santo António, Quinta das Mós e CAR de Camarate no concelho de Loures;
- Princípios de boas práticas para um projeto de arquitetura flexível.

1.2 Metodologia

A presente dissertação desenvolve-se ao longo de quatro fases distintas, que fazem parte do percurso para atingir os objetivos mencionados.

A primeira fase assenta na observação direta, a descoberta do local de estudo, tanto em termos físicos e políticos. Para isso, é realizada uma análise bibliográfica sobre:

- a. A evolução das políticas habitacionais das últimas décadas de Portugal, com destaque para a análise dos trabalhos de investigação na área da sociologia, entre os quais Rita Cachado (Cachado, 2011) (Cachado, 2013), Isabel Guerra (Guerra, 1994) e Hélia Bracons (Bracons, 2012);
- b. Enquadramento territorial de Loures, com especial atenção ao panorama atual da habitação social e em particular, ao bairro da Parcela 6.

Na segunda fase, é realizada uma análise bibliográfica do tema da personalização no espaço arquitetónico, com realce de casos de estudo em Portugal, para gerar mais compreensão e enquadramento para a investigação deste trabalho. É aqui também que é desenvolvida a metodologia de análise para os casos de estudo (a forma como os mapeamentos viriam a ser organizados).

A terceira fase tem um teor totalmente prático, onde se aplica a metodologia desenvolvida anteriormente na Parcela 6 e nos bairros sociais selecionados.

Na quarta e última fase, propõe-se uma breve síntese sobre os resultados obtidos, com uma reflexão crítica baseada em toda a informação apresentada, para fundamentar as boas práticas na arquitetura.

1.3 Estrutura do trabalho

Este trabalho divide-se em seis capítulos. Após a *Introdução*, no capítulo 1, que inclui a descrição da abordagem metodológicas e os objetivos do trabalho, os três primeiros capítulos correspondem à vertente teórica, e os restantes à parte da investigação numa perspetiva prática.

No capítulo 2, *O informal e o formal na Arquitetura*, são discutidos os conceitos-chaves para a elaboração desta investigação. Procura-se compreender, através de um

conjunto de argumentos e questões levantados pelos por investigadores, dos quais se destaca Eloy e Veermas, Turner e Isabel Guerra, na relação entre os espaços formais e informais e a sua ligação à arquitetura participativa.

O capítulo 3, *Habitação Social em Portugal*, dá uma visão sobre a evolução das políticas de habitação a nível nacional, bem como os programas de financiamento habitacional mais pertinentes para esta dissertação.

No capítulo 4, *O parque Habitacional de Loures*, o município de Loures é analisado para identificar os principais aspetos da evolução do edificado urbano, de forma a justificar o seu crescimento gradual face a Lisboa. Pretende-se compreender de que maneira é que esse fenómeno contribuiu para o aumento das desigualdades sociais, que por sua vez fez com que o desenvolvimento dos bairros fosse descontextualizado e isolados das áreas contíguas à malha urbana. No segundo momento, serão analisados dados estatísticos e qualitativos referentes às habitações nas freguesias de Loures.

O capítulo 5, *A Informalidade nos bairros*, contém a justificação para os casos de estudo, a definição da organização adotada neste contexto, seguida da recolha e integração dos dados. Será também apresentada uma análise crítica das apropriações informais de cada um dos bairros.

O capítulo 6, *Conclusões e Crítica – Comparação entre Bairros*, compara as apropriações encontradas em cada bairro, de forma a criar uma conclusão sobre o estado dos quatro bairros da freguesia de Camarate, Unhos e Apelação.

Por fim, no capítulo 7, *Considerações Finais*, são apresentadas as conclusões e reflexões gerais do trabalho.

2 O informal e o formal em Arquitetura

2.1 Formalidade e informalidade

A transformação do modo de habitar o espaço urbano tem sido um tema cada vez mais debatido na arquitetura contemporânea e no urbanismo. Com a evolução natural do ser homem, o espaço de habitar acaba também por estar sujeito a contínuas alterações e adaptações.

Assim, os conceitos de formal e informal tornam-se cada vez mais relevantes no vocabulário arquitetônico, ao serem cada vez mais aplicados. Este tema acabou por ser explorado por um grupo de arquitetos, que em 2014, na 14ª Bienal de Arquitetura de Veneza, apresentou um capítulo com o foco no conceito de Informal.

A definição de informal na arquitetura surge como o pressuposto de tudo o que não está "dentro da esfera do Estado", ou seja, que não segue qualquer tipo de regulamentos para a concretização da disciplina arquitetônica. (Ateliernob, 2014). Na prática, a arquitetura geralmente foi concebida como uma atividade que introduz ordem ou formalidade no território, que age como uma disciplina de ligação entre os elementos formais aos culturais e materiais. A emergência do informal manifesta uma vontade de romper com esta concepção, onde se subentende a desconstrução de normas que acabam por estruturar todo o método racional do domínio formal. (Batista, 2008)

Pode-se entender que o conceito de informal está diretamente relacionado com as apropriações na arquitetura. A autora Raquel Carvalho assume mesmo que "(...) os modos de apropriação da habitação e do seu meio envolvente são próprios a cada indivíduo e que, o projeto arquitetônico deve ser capaz de responder a essa subjetividade" (Carvalho, 2020, pg. 111) ou seja, o espaço arquitetônico poderá nunca ser visto como algo completo. (Ramos, 2018) Leupen refere uma reflexão, que diz que devemos pensar o projeto arquitetônico para conseguir absorver as mudanças de

alguma forma, já que a habitação passa por mudanças que ninguém consegue prever, graças a desenvolvimentos culturais, sociológicos e tecnológicos. (Leupen, et al, 2011)

Assim, coloca-se a questão: *Qual é o papel do arquiteto na construção do informal?*

2.2 O direito à personalização do espaço habitacional

Carvalho (2020) enfatiza como o ato de apropriação de um espaço seja subjetivo, dinâmico e multidimensional, diretamente relacionado com a forma como se habita. O processo é individual e se constrói ao longo do tempo. Assistimos a uma era de construção maciça, onde a arquitetura acaba por ter um perfil mais estandardizado, onde os únicos desenvolvedores dos projetos são os técnicos. A falta de relação e identificação com espaço conduz não só à formação de identidades negativas, como à inexistência de sentimento de posse. Se não existe um sentimento de conforto e de identificação ao nosso *habitat*, existem dois caminhos possíveis: ou deixa de existir um esforço para a manutenção dos equipamentos, motivo pelo qual acontece a negligência ou mesmo o uso negativo (pode levar ao vandalismo), ou então existe uma vontade por parte do indivíduo de tornar esse espaço seu, através da personalização. (Eloy & Vermaas, 2022)

Ao longo dos anos, têm vindo a ser apresentadas várias teorias que apontam para a importância do envolvimento das pessoas no desenho da sua casa, para a relação com o espaço seja criada desde o início.

Henry Sanoff, um dos grandes pioneiros dos projetos participativos, apresenta uma teoria que defendia que o envolvimento dos residentes no desenvolvimento do projeto da sua habitação estava associado ao aumento da qualidade de vida. (Sanoff, 2000)

Já no livro *Housing by People: Towards Autonomy in Building Environments*, John Turner refere que " *Por muito bem-intencionada que seja, a imposição de*

habitações padronizadas com base nas necessidades oficialmente presumidas é potencialmente assassina. É irónico que tantas tragédias pessoais sejam causadas por profissionais e administradores bem-intencionados, muitas vezes com fortes motivos ideológicos, que supõem estar a contribuir para o bem-estar do povo comum e mesmo a trabalhar para uma sociedade mais justa."¹(Turner, 1977, pg. 104)

Nesse sentido, a autora Isabel Guerra defende também uma ideologia semelhante. No artigo da revista *Sociedade e Territórios*, o artigo "*As pessoas não são coisas que se ponham e gavetas*", a autora defende uma intervenção integrada nos bairros como solução, que prevê um entendimento da realidade localmente vivida e uma articulação entre o urbano, social e económico. Em qualquer projeto de intervenção previsto, o principal foco deve residir na população para a qual é destinado. (Guerra, 1994)

Assim, considera-se que a habitação é feita pelo ocupante, através do ato de habitar nela. Leupen refere até que o que lá acontece é amplamente imprevisível, já que não se sabe quem serão os ocupantes, quanto tempo irão ficar e qual o grau de utilização do espaço. (Leupen, 2011)

O projeto participativo é assim, visto como uma estratégia para melhores práticas de desenho arquitetónico e de planeamento urbano, onde a tomada de decisões é feita em conjunto com os futuros moradores. Turner refere que, quando o diálogo entre técnicos e moradores é inexistente, os espaços acabam por se mostrar despersonalizados e uma barreira para a sua apropriação. (Turner, 1977)

A aplicação das ações participativas com a população é, todavia, complexa. As necessidades de habitação dos municípios acabam por ir surgindo, o que impossibilita um diálogo entre os técnicos e os moradores – nem sempre é possível saber quem lá irá habitar. Assim, introduz-se o conceito de arquitetura evolutiva, algo que pode

¹ Citação original: "*However well-intentioned, the imposition of standardized housing on the false basis of officially presumed 'needs' is potentially murderous. It is ironical that so many personal tragedies are caused by well-meaning professionals and administrators, often with strong ideological motives, who suppose they are contributing to the common people's well-being and even working towards a more just society.* (Turner, 1977, pg. 104)

também ser visto como uma estratégia para permitir uma maior personalização, já que permite uma evolução das habitações ao longo do tempo sem grande investimento, já que, "(...) *quando aliada a questões sociais, pois permite alterações nas dimensões do agregado familiar sem exigir mudar de habitação.*" (Neves, 2013, pg. 5) Alinhado com este conceito, surge o adjetivo de flexibilidade, onde Carvalho entende que uma "(...) *habitação flexível permite que os seus ocupantes ajustem as características dos espaços às suas necessidades, ao longo do tempo.*" (Carvalho, 2020, pg. 118)

Em 19991, Herman Hertzberger estuda esta noção de 'arquitectura flexível', onde a define como " (...) *a solução mais neutra para problemas específicos, mas nunca a melhor, a solução mais apropriada.*"² (Hertzberger, 2001, pg. 161). Sugere por isso, o abandono de quaisquer padrões espaciais coletivos, para permitir que um espaço possa acolher diferentes funções, de modo a responder a necessidades diferentes. O autor afirma ainda que "(...) *os arquitetos não devem simplesmente demonstrar o que é possível, devem também e sobretudo, indicar as possibilidades inerentes ao projeto, ao alcance de todos.*"³ (Hertzberger, 2001, pg. 162), reforçando a ideia de que as pessoas devem ser integradas em todo o processo arquitetónico.

De forma a seguir a mesma lógica apresentada, apresenta-se a reflexão de Umberto Eco, citado por Carvalho, que defende o conceito de obra aberta ou inacabada, onde a forma é acabada e fechada, com "(...) *possibilidade de ser interpretada de mil modos diferentes, sem que a sua irreproduzível singularidade seja por isso alterada.*" (Eco, 2016, pg. 63)

No entanto, importa referir que para estes casos, onde a população assume um papel essencial no projeto, é importante garantir que existe um acompanhamento por parte de técnicos e entendidos. Na publicação em *International Journal of Architectural Research*, Eloy afirma que o ato da personalização, considerada uma ação tomada pelo

² Citação original: (...) *the most neutral solution to specific problems, but never the best, the most appropriate solution.*" (Hertzberger, 2001, pg. 161)

³ Citação original: "(...) *architects should not merely demonstrate what is possible, they should also and especially indicate the possibilities that are inherent in the design and within everyone's reach.*" (Hertzberger, 2001, pg. 162)

habitante após a construção da habitação, acaba por ser um paradoxo na arquitetura, uma vez que os habitantes se envolvem na alteração das suas casas, onde muitas vezes acabam por não respeitar aqueles que são os princípios formais do desenho arquitetónico devido à falta de conhecimento (Eloy & Vermaas, 2022).

2.3 Casos de estudo

As aplicações das teorias acima referidas acabam por estar refletidas em vários projetos e atividades. Um desses casos mais emblemáticos é o conjunto de projetos de autoria de Lacaton e Vassal, sendo desenvolvidos através um processo de diálogo contínuo com os moradores. Os mesmos são encorajados a intervir nas suas habitações, para que as mesmas se adaptem às suas necessidades diárias, como refere Carvalho. Destaca-se, entre os vários projetos desta dupla francesa, a reabilitação da Torre de Bois-le-Prêtre (construída nos anos 60), que permitiu aproveitar do esqueleto estrutural originário, introduzindo dispositivos estruturais protéticos para criar uma segunda fachada (Figura 1). Além de permitir um aumento da área útil dos fogos, foram melhoradas as condições de conforto interior, de ventilação, iluminação e acústico. Trata-se de uma obra que foi transformada num "(...) conjunto habitacional evolutivo por expansão." (Carvalho, 2020, pg. 199). Esta solução permitiu melhorar a qualidade de vida dos residentes, reduzindo os consumos energéticos inerentes a uma demolição e otimizando tempos e custos.



2005



2011

Figura 1 - Evolução da Torre de Bois-le-Prêtre (Carvalho, 2020, pg. 121)

Em Portugal, encontramos também uma obra relevante para este estudo. A Quinta de Malagueira, de Álvaro Siza, é um projeto habitacional com base cooperativa e apoios públicos, onde as soluções "(...) se prendem nomeadamente com uma análise metodológica de tipologias adequadas e evolutivas, numa estreita relação com a morfologia do bairro perante uma leitura coerente do lugar, e com a experiência de um processo participativo de sucesso." (Rodrigues, 2015, pg.1)

O projeto, dividido em vários grupos de habitações, foi implantado em diferentes ângulos, formando distintos bairros, cujos espaços intersticiais formam espaços públicos, utilizados para usos comunitários, bem como para serviços, estacionamento e circulação. A unidade básica de reprodução é um retângulo de 8 por 12 metros, com um formato em L, e é a partir dele, Siza constrói o novo bairro mediante, com uma repetição entre cheios/vazios. O projeto possibilita também uma expansão em quase todas as habitações.

Este complexo arquitetónico é descrito como uma aventura política e urbana, concretizada na conceção de "propostas inovadoras, quer no plano urbano quer no plano arquitetónico⁴, e é um excelente exemplo de um projeto participativo, onde foi traçado um projeto flexível de múltiplas intenções.

⁴ Fonte: <https://swportugal.pt/bairro-da-malagueira-faz-45-anos-com-olhos-postos-na-unesco/>

Apesar da inovação desta experiência arquitetónica, encontramos também uma outra questão: as apropriações feitas pelos moradores (Figura 2). Eloy explica que esta obra acabou por ser criticada pelos seus moradores, devido à aparência monótona. (Eloy & Vermaas, 2022). Com o intuito de aprofundar o estudo das apropriações e propor soluções arquitetónicas, no contexto de investigação referido, que, através de uma ferramenta digital MyChanges⁵, pretende dar a possibilidade aos moradores de estudarem as possíveis soluções, para que as alterações feitas sejam feitas sem pôr em causa as normas formais.



Figura 2 – Exemplos de personalização das fachadas na Quinta da Malagueira (Eloy & Vermaas, 2022, pg. 6)

O complexo da Malagueira acaba por não só refletir o impacto positivo que o diálogo nos moradores tem para o sucesso de um bom projeto arquitetónico, mas também nos faz refletir para o paradoxo das personalizações, mencionado no capítulo 2.2.

⁵ MyChanges é uma ferramenta baseada na gramática da forma desenvolvida para permitir aos habitantes personalizar as suas casas no complexo habitacional de Siza Vieira Malagueira, em Évora, Portugal (Eloy & Vermaas, 2022)

3 Habitação Social em Portugal (1933-1976)

Para desenvolver a problemática existente na habitação social em Loures e explorada nesta dissertação, é importante realizar um enquadramento geral das políticas de habitação em Portugal. Importa salientar, neste contexto, que não foi desenvolvida uma análise detalhada no que toca ao assunto da habitação social em Portugal, mas foram identificados os aspetos considerados mais revelantes, porque tal como refere Gros, *"(...) o passado merece ser revisitado de modo a contribuir para a objetivação das condições da ação presente, já que as estratégias nem se elaboram, nem se implementam independentemente das logicas sociais que as procederam."* (Gros, 1994, pg. 20)

Na segunda metade do século XX, assistiu-se ao crescimento das cidades, especialmente nos países industrializados. Esta situação foi causada pelo aumento de população, pelo crescimento de ofertas de emprego nas principais metrópoles urbanas e devido ao desemprego que existia no meio rural. O conseqüente desenvolvimento trouxe vários problemas para as cidades, o que obrigou o planeamento de novas estratégias e planeamentos urbanos. Em Portugal, as cidades de Lisboa e Porto foram as pioneiras no processo de suburbanização. (Albuquerque, 2014)

3.1 Breve introdução

Retrocedemos ao ano de 1933, onde se encontrava em vigor em Portugal uma ditadura baseada na repressão política e cultural. O Estado Novo é formado, e consagra *"um dos princípios mais caros na implantação do corporativismo a família, entendida como o elemento primário da consagração do regime, disciplina e progresso da Nação, célula essencial do Estado social e corporativo"* (Bracons, 2012, p.25). Deste modo, a 23 de setembro, é publicado o Decreto-Lei nº23052 (Decreto-Lei n. 23052 de 23 de setembro da Presidência do Conselho - Sub- Secretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, 1993), que inicia o Programa das Casas Económicas, destinado às classes médias, com uma estreita seleção dos beneficiários. O Estado era o principal responsável pelo financiamento, aquisição de terrenos,

construção e pela distribuição dos fogos aos candidatos do programa. O que importava era a *"capacidade aquisitiva e a fidelidade ao corporativismo de Estado"*. (Bracons, 2012, pg. 26).

Apesar de este não ser o único programa promovido durante o Estado Novo - entre os quais podemos destacar Casa dos Pescadores (1937) (Figura 3), Programa de Casas Desmontáveis (1938), Casas de Renda Económica (1945), Casas para Militares, Casas para funcionários Públicos - o Programa das Casas Económicas é considerado como o *"(...) eixo central da política da habitação do Estado Novo."* (Agarez, 2018, pg. 201)



Figura 3 - Exemplo de bairro dos pescadores na Costa da Caparica, em Almada (Via SIPA)

De uma forma geral, as famílias mais desfavorecidas ficaram excluídas destas políticas públicas, já que a maioria dos programas implementados se distinguiu apenas pelas modalidades de financiamento, as condições de acesso, nos processos administrativos e pela qualidade do alojamento. As famílias pobres eram vistas como algo a reeducar, de forma a terem as suas ideologias de acordo com o Estado Novo. Só assim poderiam estar aptas a beneficiar das conquistas e dos programas. Como refere Bracons, a resolução da carência habitacional nunca foi a verdadeira motivação. (Bracons, 2012)

Em 1969, numa abordagem mais focada ao problema à escala urbana e social e numa tentativa de unificar a política estatal, surge o Fundo Fomento de Habitação (FFH) pelo Decreto-Lei n.º 49033. (Decreto-Lei n.º 49033 de 28 de maio do Ministério das Obras Públicas - Gabinete do Ministro, 1969) Face aos programas anteriores, o FFH pretendia contrariar o “enredo fragmentado e disperso dos programas políticos habitacionais, que responderam mais quantitativa do que qualitativamente às carências expostas” (Carvalho, 2020, pg. 34). Numa vertente diferente até então, a ação do Estado surge como um dispositivo de ação, para viabilizar intervenções em que a habitação seja abordada tendo em conta a cidade (macroescala) e a sociologia do habitar (microescala). (Agarez, 2020)

O tempo que cada operação demorava acabou por condicionar o sucesso das operações do FFH, que demorava média de sete anos até ser concretizada. (Nuno Portas, 1986) O programa viria a ser extinto em 1982, numa fase onde a liberação do mercado e do uso de solos, bem como da promoção habitacional começavam a dar os primeiros passos. Bracons vê a ação do Estado Novo fracassada no que concerne à resolução dos problemas em torno da habitação para as famílias com menos recursos (Bracons, 2012, pg. 29). Aliás, vai mais longe e considera que existiu um agravamento considerável, tal como refere Gros: *“A partir da década de sessenta a sua expressão bem patente no crescimento das habitações clandestinas, no desenvolvimento dos bairros de lata, no numero de sublocação e de subpovoamento de habitações existentes, frequentemente antigas e com deficientes condições de habitabilidade: enfim e não menos importante no desfasamento entre os preços de habitação e o poder de compra dos que dela precisavam urgentemente.”*(Gros, 1994, pg. 20)

Em 1974, após o 25 de Abril, surge umas das operações no campo de habitação mais revolucionária até à data, numa fase de transição política (ditadura e a democracia) – o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL). Representa um dos mais importantes programas de habitação, cujo objetivo era desenvolver projetos de habitação e a sua construção com a ajuda da participação e da organização da população. No capítulo seguinte, este programa irá ser abordado de forma mais profunda.

O período que se seguiu, entre 1981 e 1983, ficou marcado pela crise económica vivida e pela expansão do setor privado. Apesar de se ter consolidado a democracia e ter-se alcançado uma estabilidade política, continuava sem existir uma política de habitação coerente e definida. (Bracons, 2012)

Nos anos 80, a problemáticas associadas aos bairros de génese ilegal fica mais vincado, merecendo uma maior atenção por parte do Estado. Numa tentativa de resolução, é criado o *Projeto de Intervenção a Médio Prazo* (PIMP) em 1987, que dava possibilidade à CM Lisboa de realizar acordos de cooperação com o poder central para tratar das operações de realojamento. Esta época marca também a fundação do *Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado* (IGAPHE), “(...) a quem o governo decidiu atribuir competência para estabelecer acordos com os municípios, tendo em vista a construção de habitações sociais destinadas ao realojamento da população residente em barracas, no sentido de proporcionar habitação condigna em regime de arrendamento, aos agregados familiares mais carenciados.” (Bracons, 2012, pg.29)

Mais tarde, em 2002, viu-se fundido com o Instituto Nacional da Habitação (INH). Apesar destes esforços em afastar as barracas da cidade de Lisboa, o PIMP mostrou-se insuficiente, e em 1993 é criado o Programa Especial de Realojamento (PER), que teve ao longo dos em vigor várias programas associados, como foi caso do PER Famílias (1996).

Em 2004, é criado o *Programa de Financiamento para Acesso à Habitação* (PROHABITA), que tinha como principal objetivo a resposta “às situações de grave carência habitacional de agregados familiares carenciados e não apenas, como até então acontecia, à resolução dos problemas habitacionais de agregados familiares residentes em habitações precárias, assegurando as condições necessárias para o efeito às Regiões Autónomas e aos municípios, com a intervenção possível de outras entidades.” (Decreto-Lei n. 54/2007 de 12 de março do Governo, 2007)

Ao contrário do que acontecia no PER, o PROHABITA abrangia todos os municípios do país.

3.2 Apontamentos sobre o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL)

Como foi mencionado no capítulo 3.1, o SAAL consistia num programa de intervenção urbana, onde uma das missões de maior relevância seria a de auxiliar as populações no desenvolvimento de projetos (ao nível de questões técnicas), interagindo com os moradores organizados em associações. Enquanto um sistema tradicional de habitação é feito antes dos moradores chegarem, mas no caso SAAL, assistimos ao contrário: o diálogo e a interação com os inquilinos fazem parte do processo, e chegam antes de estar uma decisão finalizada.

A constatação de graves carências a nível habitacional, sobretudo nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, bem como as condicionantes financeiras e técnicas para colocar em prática programas de construção convencional foram um dos grandes motivos que impulsionaram a criação do programa. Era por isso, um programa com carácter experimental, uma vez que tinha independência concedida pelo governo, com o objetivo de se libertar de controlos meramente burocráticos. (Portas, 1986)

As brigadas locais lideradas na sua grande maioria por arquitetos, que agiam como técnicos e mediadores, conduziam todo o processo, desde os inquéritos iniciais até ao desenvolvimento do projeto.⁶

O SAAL tinha como missão apoiar as iniciativas das famílias mal alojadas, através das câmaras municipais, para formarem uma colaboração na transformação do próprio bairro. (Rodrigues, 2012) Embora a iniciativa tivesse o apoio dos técnicos, deveria sempre partir dos moradores, associações ou cooperativas. O lançamento do programa contava com algumas indefinições, mas a mais notória recaía na relação entre o SAAL e os Municípios. A excessiva burocracia era um entrave na rapidez da tomada de

⁶ Sobre este tópico, o seminário sobre o SAAL realizado em Loures, em 2015, organizado pela Faculdade de Arquitetura de Lisboa: <http://www.gestual.fa.utl.pt/eventos/seminario-o-saal-de-loures-revisado-que-desafios-ZMIsiZAzC>

decisões, o que fazia com o SAAL se tornasse no interlocutor direto com a população em vez de um mediador. (Correia, 2015) Posto isto, e após várias polémicas, em 1976 saiu um despacho que tira o controlo dos custos câmaras municipais sobre as operações do programa. Segundo Mendes, este foi um bloqueio ao programa, que o condenava à extinção.

O final do programa SAAL deu-se com a sua integração no FFH. Apesar de em 1976 ter marcado a extinção formal deste programa, Nuno portas afirma que o SAAL não foi extinto, mas sim continuado localmente pelas autarquias. (Portas, 1986). Nos seus 15 meses em vigor, concluiu 170 projetos, onde foram envolvidas cerca de 40.000 famílias. Em Loures, é notório o empenho que houve do município na resolução do problema da habitação, tendo em consideração que participaram cinco brigadas SAAL, resultando na edificação de cinco bairros entre 1975 e 1960.

O SAAL foi um laboratório ativo, onde se forjou uma nova responsabilidade social do arquiteto e se ensaiaram respostas coletivas em prol do direito à habitação.

Assim, avançando para o final da década de 80, assistimos a uma mudança de estratégia nas políticas públicas de habitação, que se começaram a focar no realojamento, com o Programa Especial de Realojamento (PER).

3.3 Programa Especial de Realojamento (PER)

A revolução industrial em 1950 criou por consequência a necessidade de alojamento, e perante um pobre cenário habitacional, “(...) *um vazio na promoção legal da habitação*” (Cachado, 2013, pg.139) , levou as populações ao recurso de construções ilegais, aos designados “*bairros de barracas*”. Este crescimento veio-se a intensificar a partir dos anos 80, devido à crise financeira que se sentia e pelo fluxo de emigrantes vindo de ex-colónias africanas.

Segundo Cachado, “(...) *muitos imigrantes sem capacidade económica assentaram nestes bairros de barracas, onde, numa situação de ausência de loteamento formal, compraram casas ou terrenos a baixos custos aos primeiros*

ocupantes, refizeram ou construíram de raiz, e melhoraram a construção conforme a disponibilidade para adquirir novos materiais” (Cachado, 2013, pg.139) .

Assim, em finais de 1980 até à primeira década do séc. XXI, o realojamento foi a palavra de ordem nas políticas de habitação. Para combater este fenómeno, foi criado o programa PER (Programa Especial de Realojamento), descrito pela autora Rita Cachado como um dos programas mais ambiciosos da história das políticas de habitação até à data. Previa o realojamento de milhares de famílias moradores em casa construídas informalmente, e era visto como o programa de habitação social com maior dimensão a seguir ao SAAL (Figura 4).

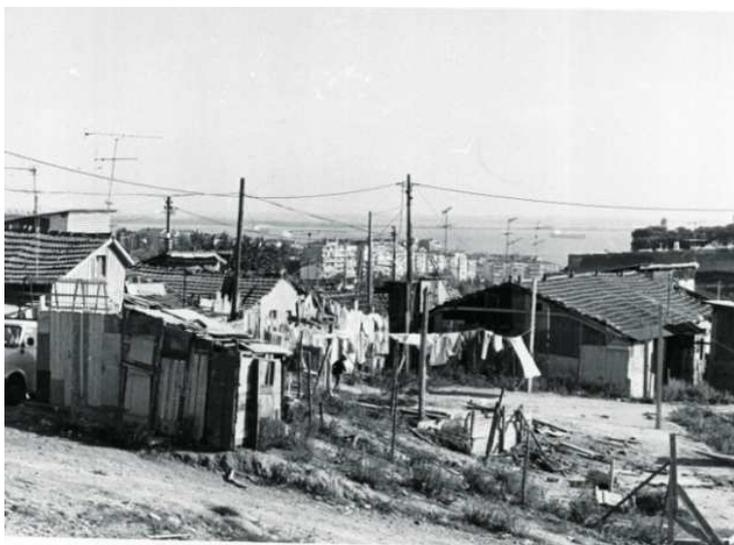


Figura 4 - Bairro de lata nos arredores de Lisboa, s/d (Carvalho, 2020)

O PER foi estabelecido no início nos anos 90, e foi através do Decreto-Lei nº.163/93 a 7 de maio (Decreto-Lei n. 163/93, de 7 de maio do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, 1993), que os municípios uniram-se para combater este problema através de um protocolo no INH, que se comprometeram a realojar as famílias alojadas em bairros de génese informal, e a demolir as barracas. É importante salientar que o papel dos municípios era de extrema importância, pois o conhecimento de território e a proximidade com a população tornava-os numa peça essencial para o sucesso deste processo.

Na AML, estes bairros começaram inicialmente a crescer em zonas mais periféricas das cidades, passando depois para zonas mais centrais. Segundo Teresa

Salgueiro, existiam cerca de 16 585 famílias a viver em barracas no início de 1980 (Salgueiro, 1985).

Os concelhos circundantes de Lisboa com maior número de barracas eram os da Amadora, Loures e Oeiras. (Cachado, 2013) O município de Loures, território de estudo desta dissertação, solidificou o seu compromisso em 1995, e desde então, realojou um total de 2300 agregados familiares em fogos pertencentes ao parque habitacional do município, construídos de propósito ao abrigo do programa, o que corresponde a quase 60% de uma taxa de concretização. (Cachado, 2011)

Em 1996, foi criado o programa PER Famílias, uma ramificação do programa PER. Esta modalidade criou condições para que as famílias com uma condição financeira mais equilibrada e que residissem nestes bairros, tivessem a iniciativa de procurar a sua própria habitação, com a ajuda de apoios do município e do IGAPHE (Secretaria do Estado de Habitação e Comunicação, 1997).

Em 2003, o programa voltou a sofrer alterações, e passou a privilegiar a reabilitação de habitação. O programa viria a terminar em 2014, e fomentou ações para resolver o problema da habitação em Portugal, com o principal impacto no Porto e em Lisboa.

Para Bracons, o PER parece ter sido a principal medida das políticas de habitação que contribuiu para uma melhoria significativa da qualidade de vida das pessoas e dos próprios municípios, onde refere que *“Segundo o Decreto-Lei 163/93, de 07 de maio, que cria o PER, a habitação constitui um dos instrumentos de “integração plena” do cidadão. Consequentemente, podemos deduzir que se trata de uma inserção a todos os níveis, tanto do ponto de vista social como também cultural, psicológico e económico.”* (Bracons, 2012, p.29)

3.4 Breves notas conclusivas sobre as políticas públicas habitacionais (SAAL e PER)

Após a breve análise nos capítulos 3.2 e 3.3, podemos concluir o interesse que recai sobre a pertinência em proporcionar as famílias uma habitação condigna, uma tendência comum e extremamente relevante que se verifica anterior à revolução de 25 de Abril.

De todos os programas mencionados, tomou-se uma especial atenção ao PER e ao SAAL, que tiveram uma grande relevância nos alicerces atuais do parque habitacional de Loures. A análise feita mostrou que as diferenças entre os dois programas são relevantes. O SAAL ajudou a reconstruir e a requalificar os bairros com a ajuda dos moradores, investiu no saber técnico e promoveu projetos participativos. Já o PER investiu no realojamento em massa e com baixo custo, com o objetivo de erradicar as barracas. Aqui, a participação da população foi praticamente inexistente, pois a pressão urbanística sobre os terrenos dos bairros de génese informal limitava as escolhas e o tempo.

De uma forma geral, o PER é estruturado a partir de uma lógica de parceria entre o Estado e construtores em que os projetistas são secundarizados, contrariamente ao SAAL. Isso é bem perceptível na pouca qualidade do construído (na sua generalidade) e nas carências do espaço público desenhado.

Refletindo sobre os 100 anos de políticas habitacionais em Portugal, reconhece-se que as carências ainda persistem e que os problemas se têm resolvido a nível quantitativo, e não qualitativo. Percorrendo a história das políticas habitacionais, é fácil perceber que a quantidade de programas e de ações foi grande. Vários autores mencionam até que *“(...) nunca existiu uma política de habitação explícita e coerentemente definida no que respeita aos objetivos sociais, às metas quantitativas, ao papel dos diferentes setores de iniciativa e à garantia dos meios (técnicos, financeiros, produtivos e institucionais) para a sua realização”*. (Rodrigues, et al., 1999, pg. 89).

O documento lançado pelo governo “*Para uma Nova Geração de Políticas de Habitação*”, redigido no final do ano de 2017 e promulgado pela Resolução do Conselho de Ministros, dá notícia de que é necessário repensar a abordagem à questão da habitação. Revela ainda que cerca de 75% do investimento do Estado entre 1987 e 2011 foi para o estímulo ao crédito e ao endividamento (processo de proprietarização) e que a despesa nos PER não corresponde a mais 1,7% da verba gasta em habitação no decorrer destes 25 anos.

Existe cada vez mais a necessidade de compreender tudo por detrás do conceito da habitação, e assimilar que de facto, se trata de um campo multidisciplinar.

4 O parque habitacional de Loures

4.1 Análise Histórica do Concelho - Relevância no PER

O processo de industrialização a decorrer no séc. XIX marcou profundamente o desenvolvimento do território nas grandes cidades. No início dos anos 60, pessoas oriundas do interior rural migram maioritariamente para cidade de Lisboa com o objetivo de encontrarem melhores condições de vida, causando relevantes mudanças no fluxo demográfico. No entanto, as estratégias públicas foram insatisfatórias perante este aumento populacional, que levou à expansão descontrolada nos concelhos suburbanos, criando um segundo anel sobre a capital. (Martins, 2015)

Em meados dos anos 70, dá-se outro grande fluxo populacional sobre a coroa suburbana devido, causado ao conseqüente retorno de muitos portugueses oriundas das colónias e por emigrantes de pessoas oriundas de países africanos. Os anos que sucederam causaram um grande crescimento demográfico, com a conseqüente expansão urbana, principalmente na Área Metropolitana de Lisboa. (Salgueiro, 1992)

O aumento populacional entre 1950 e 1991 acaba por ser um reflexo desses fatores, que regista um aumento percentual de 538%, como evidenciado na Tabela 1.

Tabela 1 - Tabela com evolução do número de residentes do distrito de Lisboa e Loures entre 1950-2011 (Loures, 2021)

		1950	1960	1970	1981	1991
LISBOA	Nº Residentes	1.216.125	1.382.555	1.568.020	2.052.787	2.052.787
LOURES	Nº Residentes	50.440	102.124	166.167	276.467	322.158

Devido aos fenómenos mencionados, o território acabou por passar por uma grande transformação da configuração espacial. Até então, era constituído por um terreno maioritariamente rural, dividido pelas inclinações topográficas, e tinha uma posição favorável devido à sua proximidade com a capital. A falta de capacidade económica por parte da população acabou por condicionar o acesso à habitação, onde a impossibilidade financeira vigorava, colocando-se de parte desta nova realidade urbana.

A rapidez deste novo panorama cria uma necessidade pela procura de soluções habitacionais. O aumento gradual de habitação no município não acompanhou este desenvolvimento territorial, o que fez com que fosse necessário procurar outras soluções, na grande maioria sem qualquer condição. Ao longo dos anos seguintes, assistiu-se à criação de *"(...) bolsas de habitação informal que constituíram bairros de condições precárias no território de Loures (maioritariamente em antigas quintas abandonadas ou nas imediações de algumas das linhas administrativas estruturantes do território metropolitano como a Estrada Militar, que sendo inicialmente de natureza temporária se tornaram habitação permanente para um conjunto de agregados familiares."*(EY Parthenon, 2021, pg. 11) (Figura 5)



Figura 5 - Bairros clandestinos na periferia de Lisboa em 1971 (Jorge, 2010, p.22)

Pelos motivos apresentados, o território municipal acabou ser fortemente abrangido pelo programa PER, que como foi explicado no capítulo 3.3, tinha como principal objetivo a erradicação destes bairros. Este programa acabou por ser bastante importante para a expansão do concelho, já que grande parte dos bairros sociais foram construídos na periferia, graças à pressão urbanística que se verificava na malha urbana central (EY Parthenon, 2021) . Assim, e de acordo com dados do INE de 2011 e do Diagnóstico Social do Município de 2019, o número deste tipo de habitação tem vindo a diminuir, dado que em estavam sinalizadas 1.310 em 1981, e em 2001 passaram para 718.

Já em relação aos novos alojamentos sociais, a grande maioria foi construídos entre 1990 e 2000 e nos primeiros anos após 2000. (Figura 6)

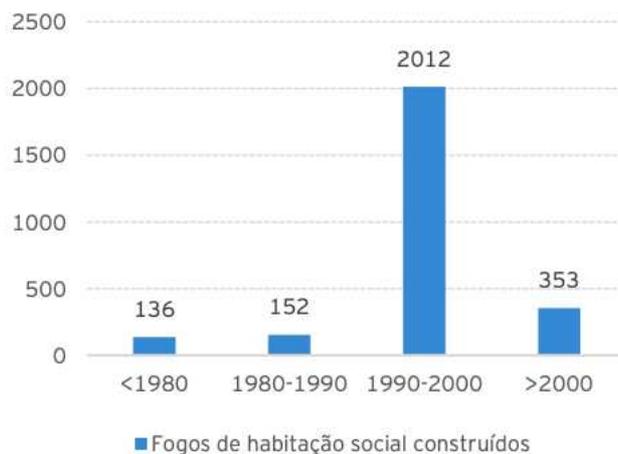


Figura 6 - Evolução dos fogos de habitação social construídos nos bairros sociais de Loures (EY Parthenon, 2021)

4.2 Panorama Atual do Concelho de Loures

Situada a norte da AML e com uma área municipal de 167 km², podemos afirmar que o concelho de Loures tem uma localização privilegiada face à capital portuguesa. Para além disso, está muito próximo de algumas das principais infraestruturas rodoviárias, fruto dos investimentos feitos nos sistemas de mobilidade. É composto por dez freguesias, sete vilas e duas cidades, Loures e Sacavém. (Figura 7)

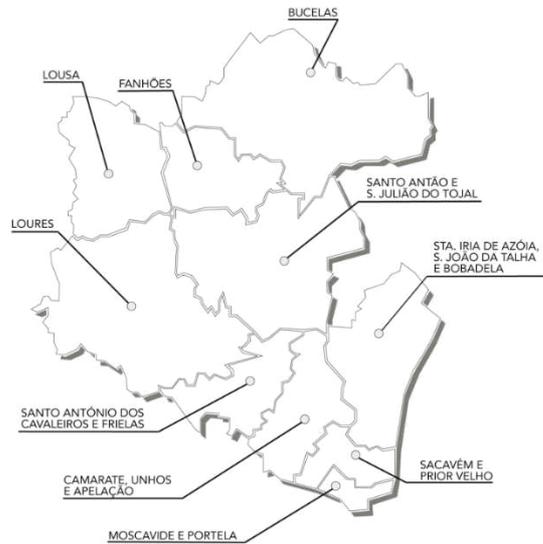


Figura 7 - Mapa do concelho de Loures

A expansão do Metropolitano de Lisboa forneceu o novo sistema de passe social e também infraestruturas de mobilidade novas e melhoradas, contribuindo para o aumento da atratividade residencial desta região, que aproximou várias freguesias do concelho a outros concelhos da cidade de Lisboa. Em mais detalhe, a Figura 8 mostra a relação entre Loures e o distrito de Lisboa. (EY Parthenon, 2021)

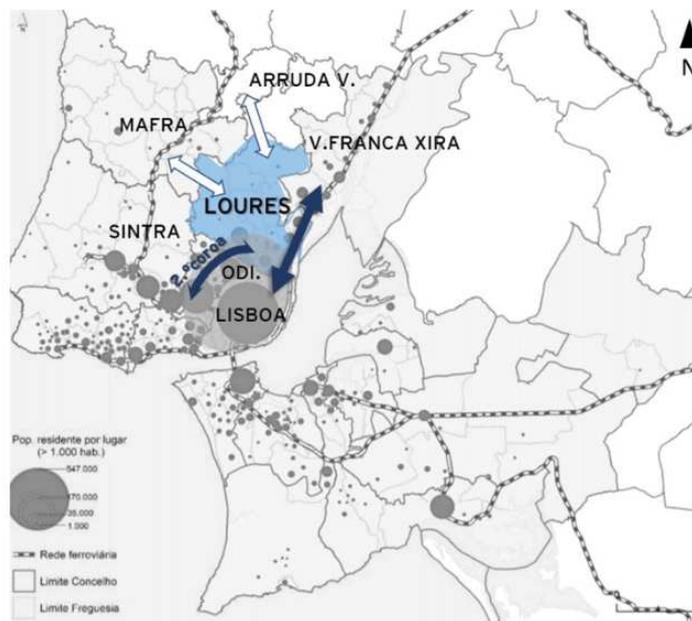


Figura 8 - Relação de Loures com o distrito de Lisboa (EY Parthenon, 2021, pg.29)

Para além disso, a alteração dos limites administrativos do território permitiu a reorganização do mesmo. Em 1998, Loures perdeu em 1998 a freguesia de Odivelas e em 2012 a freguesia do Parque das Nações, que passaram a integrar o concelho de Lisboa.

Segundo o relatório da Estratégia Local de Loures, *"Estas mutações, com expressão física e governativa, tiveram particular significado nas dinâmicas habitacionais, influenciando o mercado e a atratividade residencial da metrópole como um todo, e de Loures (concelho) em particular."* (Loures, 2021, pg. 28)

Estes fatores que tornam Loures um concelho atrativo estão diretamente relacionadas as tendências demográficas sentidas. De acordo com os dados atualizados do INE, existiu um crescimento populacional de +1,1% entre os anos de 2011 e 2021, que acompanha o aumento sentido na generalidade da AML. Loures representa 7% da população residente na AML Norte, antiga Grande Lisboa, número que tem sido relativamente estável face a décadas anteriores. (INE, 2021). Segundo as recentes estimativas, conta atualmente com 201.632 residentes, o que perfaz cerca de 7,15% da totalidade da AML.

Através da análise dos dados mais recentes, concluímos que as freguesias com maior densidade populacional (Figura 9) são as que se encontram na fronteira com Lisboa, na chamada "charneira metropolitana" (EY Parthenon, 2021, pg. 88) com o concelho de Lisboa, onde Moscavide e Portela se destaca como a mais densa. Apesar da maioria destas freguesias ter um território menor que as restantes, a boa conexão a lisboa - por via da linha férrea, autoestradas e futuro metro - acaba por contribuir para este fenómeno.

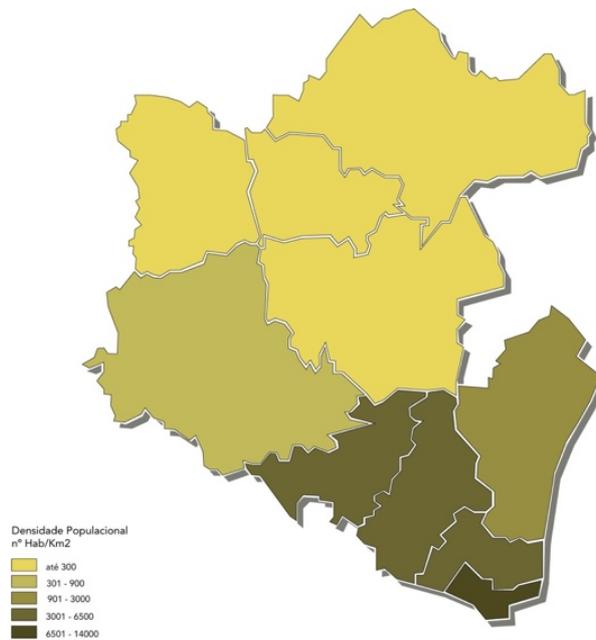


Figura 9 - Diagrama de densidade populacional em Loures (fonte: INE, 2021)

Relativamente à distribuição de residentes ao nível das freguesias (Figura 10), identificamos que seis albergam mais de 25.000 residentes, enquanto as restantes quatro são habitadas por menos de 10.000 habitantes. Assim, destaca-se a união de freguesias de Santa Iria da Azóia, São João da Talha e Bobadela como a que contém o maior número de residentes (44.461 residentes) e Fanhões como a freguesia menos habitada (2.639 residentes).

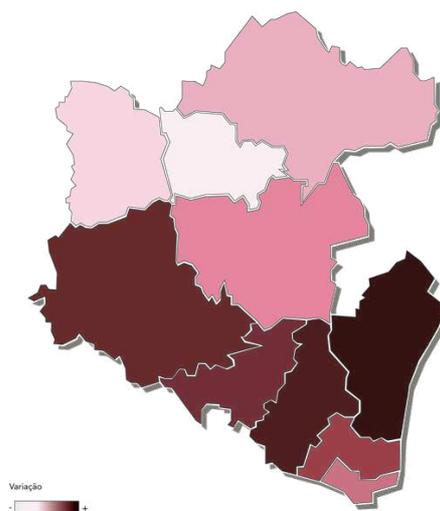


Figura 10 – Mapa de número de residente por freguesia em Loures (fonte: INE, 2021)

É também assinalável o crescimento do número de alojamentos no município, que ultrapassa a média nacional e da AML. Em pontos percentuais, é um crescimento seis vezes maior que o do número de residentes para o mesmo período. A distribuição entre freguesias é semelhante à verificada para o número de residentes, mantendo-se uma proporcionalidade previsível.

Entre 2001 e 2011, o número de alojamentos aumentou mais de 10% em todas as freguesias, tendo chegado a atingir valores de quase 30% na união de freguesias de Santo Antão do Tojal e São Julião do Tojal, bem como na freguesia de Loures.

4.3 Habitação em Loures

4.3.1 Panorama do parque habitacional

Como foi abordado no capítulo 4.1, Loures teve de dar resposta ao rápido desenvolvimento das dinâmicas socioeconómicas e urbanas, causando uma expansão na conjuntura do parque habitacional municipal. O PER, programa essencial para o desenvolvimento da habitação social, destaca-se pela sua forte incidência no concelho, já que a grande explosão aconteceu entre os anos de 1990 e 2000. As primeiras edificações bairros surgiram ainda antes de 1974, mas a promoção de nova habitação pública no concelho até à década de 1990 foi relativamente pouco expressiva. (Figura 11)

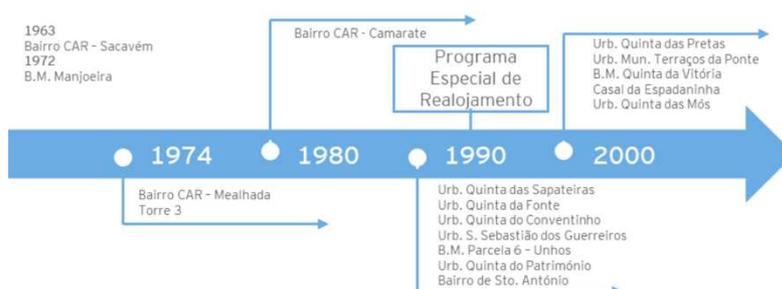


Figura 11 - Linha temporal da promoção de bairros de habitação pública em Loures (Fonte: Loures, 2021)

O Concelho de Loures é o terceiro com maior número de edifícios municipais destinados à habitação social e o quinto concelho que mais apartamentos de habitação social detém. Atualmente, conta com um extenso parque, com um total de 2.653 fogos na sua composição, onde a grande maioria está inserido em bairros sociais. No entanto, a autarquia detém alguns fogos dispersos pelo concelho, que tem vindo a adquirir ao longos dos anos. Na Tabela 2, apresenta-se a definição de cada bairro, cuja localização é indicada na Figura 12.

Tabela 2 - Descrição dos bairros sociais de Loures (nº fogos, programa e respetiva data de execução)

Freguesia	Bairros	Nº Fogos	Programa de impulsionamento e respetiva data de execução
Camarate, Apelação e Unhos	1. Bairro Municipal da Parcela 6	104	O projeto foi desenvolvido no âmbito do SAAL e construído ao abrigo do PER em várias fases, entre os anos de 1985 e 1988.
	2. Bairro CAR Camarate	298	Construído no âmbito da Comissão de Apoio aos Refugiados (CAR). O bairro pertence a área de realojamento, criado a partir de 1996
	3. Quinta da Fonte	622	Construído no âmbito do PER, o bairro é uma área de realojamento criado a partir de 1996.
	4. Quinta das Mós	236	Construído no âmbito do PER, é o bairro mais recente de Loures, finalizado em 2007. ⁷
	5. Bairro de Santo António	144	Construído em várias fases, foi enquadrado tanto no SAAL como no PER, entre 1965 e 2001.
Loures	6. Calçada do Barro	36	FFH
	7. Bairro CAR - Mealhada	5	FFH
	8. S. Sebastião dos Guerreiros	81	PER
	9. Quinta das Sapateiras	204	PER
Moscavide e Portela	10. Quinta da Vitória	88	Bairro construído no âmbito do PER em 2002 para realojar as pessoas residentes no antigo bairro Quinta da Vitória, um bairro de génese ilegal.
UF Sacavém e Prior Velho	11. Urbanização Quinta das Pretas	19	Bairro construído no âmbito do PER, com a construção finalizada em 1999. ⁸
	12. Terraços da Ponte	771	Bairro construído no âmbito do PER, para realojar as pessoas residentes no antigo bairro quinta do mocho, um bairro de génese ilegal.
	13. Prior velho	1	AQ

⁷Fonte: <https://www.jn.pt/local/noticias/lisboa/loures/camara-comeca-a-entregar-chaves-de-210-casas-de-bairro-social-982331.html>

⁸ Fonte: Arquivo Loures. <https://app.cm-loures.pt/portalarquivo/agenda.aspx?displayid=719>

	14. Quinta do Património	19	Fogos adquiridos pela CM, com intenção de realojar pessoas que despejadas de bairros de génese ilegal com a construção da ponte vasco da gama
	15. Bairro CAR - Sacavém	6	Bairro promovido CAR e construído pelo FFH, com construção finalizada em 1981. ⁹
Santo Antão e São Julião do Tojal	16. Bairro da Manjoeira	43	Bairro desenvolvido SAAL e construído no âmbito do PER, onde foi feita a renovação e adaptação de um bairro de alojamento antigo.
	17. Casal da Espadadinha	28	AQ
Santo António dos Cavaleiros e Frielas	18. Quinta do Conventinho	54	AQ
	19. Torre 3	22	AQ
Várias Freguesias	20. Dispersos	82	AQ

AQ: Aquisição pública, não enquadrados em programas de impulsionamento.

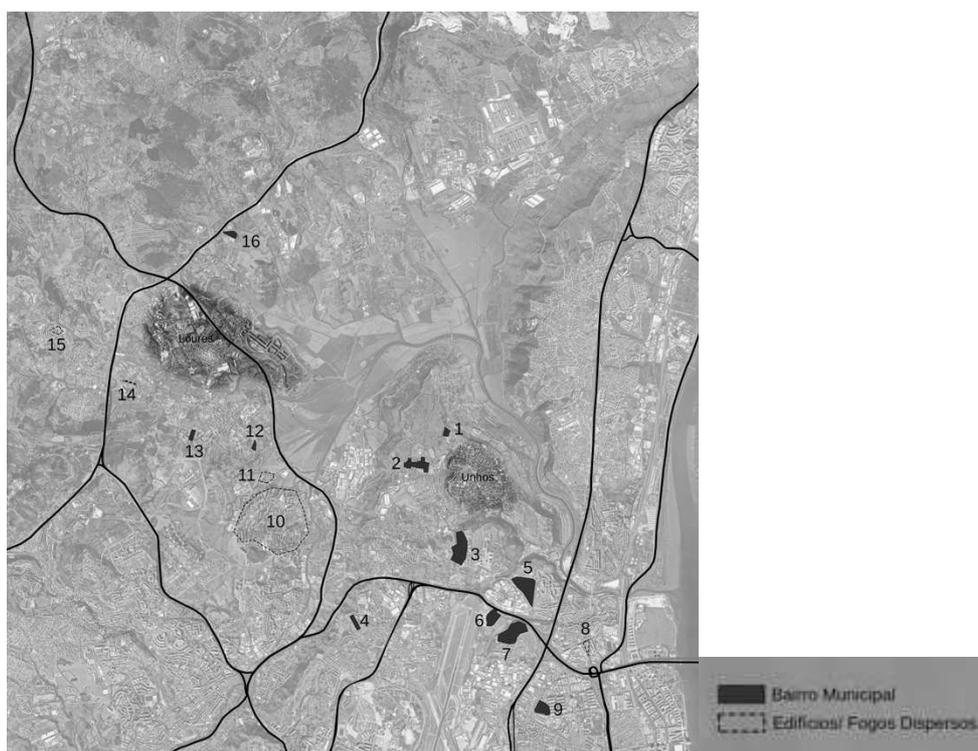


Figura 12 - Ortofotomapa com identificação do parque habitacional social de Loures

⁹ Fonte: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=31042

Salienta-se que o bairro dos Terraços da Ponte como de maior dimensão, seguindo pelo bairro da Quinta da Fonte (sinalizados em negrito na Tabela 2).

Este significativo parque habitacional envolve um elevado nível de investimento na sua manutenção, o qual tem sido retomado nos últimos anos verificando-se, por exemplo que, para este ano (2022) e o próximo estão previstos investimentos relacionados com reparações diversas na ordem dos 3,5 milhões de euros.

4.3.2 Políticas Territoriais, 1º Direito

Durante o ano de 2018, o Governo criou um programa que pretende apoiar a *"(...) promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada."* (Decreto-Lei nº 37/2018 de 4 de junho do XXI Governo Constitucional, 2018)

Neste sentido, o município de Loures definiu uma estratégia global sobre o desenvolvimento urbano do concelho, onde foi assumido um conjunto de projetos estruturantes municipais para o período de 2018 – 2022. Esse plano foi designado Estratégia Local de Habitação (ELH), um documento Direito, um documento municipal que permite a candidatura ao programa 1º Direito.

Focado na meta do ano de 2031, possui uma *"(...) formulação ambiciosa de uma visão para o setor habitacional do município de Loures encara a problemática da unidade residencial (do alojamento) mas também do modelo de habitat, no qual decorrem as vivências diárias da população."* (Loures, 2021, pg. 13) Esta visão para a temática da habitação em Loures demonstra determinadas preocupações, como a garantia de habitações condignas para a população mais necessitada, na aposta nos jovens, para dar resposta às dificuldades sentidas no acesso à habitação e a promoção duma maior segurança entre as comunidades.

Para isso, são definidos três eixos estratégicos identificados na Figura 13 (EY Parthenon, 2021, pg. 112):

1. Aumentar a oferta habitacional;
2. Dar resposta às necessidades habitacionais prementes;
3. Qualificar e densificar o modelo de habitat.

Eixo 1. Aumentar a oferta habitacional	1.1. Promoção de oferta habitacional jovem	1.1.1. Programa de Apoio à Habitação Jovem 1.1.2. Programa Municipal de Residências de Estudantes
	1.2. Fomento da oferta de habitação a preços acessíveis	1.2.1. Programa Municipal de Arrendamento Acessível 1.2.2. <i>CoLiving</i> para seniores 1.2.3. Programa de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais 1.2.4. Programa Municipal de Habitação a custos controlados
	1.3. Qualificação e revitalização dos territórios rurais	1.3.1. Programa de qualificação e revitalização dos territórios rurais
	1.4. Dinamização de operações de reabilitação urbana	1.4.1. Desenvolvimento de operações de reabilitação urbana (ORU) - Sacavém e Prior Velho
	1.5. Continuação da reconversão e legalização das AUGI	1.5.1. <i>Por definir</i>
Eixo 2. Dar resposta às necessidades habitacionais prementes	2.1. Resposta à lista de pedidos de habitação e melhoria da oferta habitacional municipal	2.1.1. Intervenção no parque habitacional municipal
	2.2. Melhoria das condições habitacionais das famílias mais carenciadas e apoio às pessoas vulneráveis	2.2.1. Realojamento de agregados familiares em núcleos precários 2.2.2. Resposta aos agregados familiares em situação de carência financeira e com condições indignas habitacionais 2.2.3. Resolução das condições indignas do património habitacional de EB 2.2.4. Apoio a pessoas vulneráveis: PSSA, vítimas de violência doméstica, refugiados
	2.3. Gradual resolução das AIRU	2.3.1. Resolução dos agregados familiares que obedecem às condições 1.ºdireito, são proprietários e residem há 20 ou mais anos em AIRU
Eixo 3. Qualificar e densificar o modelo de habitat	3.1. Promoção da inovação na habitação e no <i>habitat</i>	3.1.1. Plataforma de inovação e sustentabilidade para a habitação e habitat 3.1.2. Instituição de Prémio Municipal de Arquitetura Residencial
	3.2. Dinamização do reequilíbrio entre habitação e serviços de proximidade	3.2.1. Programa de melhoria de qualidade do <i>habitat</i>
	3.3. Promoção de coesão comunitária, através de melhoria de espaços de utilização coletiva	3.3.1. Regeneração dos espaços públicos integrados em bairros inseridos em contexto de Comunidades Desfavorecidas 3.3.2. Programa de <i>placemaking</i> nas AUGI 3.3.3. Programa comunitário de qualificação do <i>habitat</i> de proximidade

Figura 13 - Definição dos três eixos da proposta do ELH (EY Parthenon, 2021, pg. 112)

Para dar resposta às necessidades identificadas nos três eixos estratégicos, o diagnóstico de dados relacionados com carências habitacionais e com o parque municipal habitacional foram fundamentais. Assim, após a identificação dos agregados familiares em situação de carência, foram previstas:

- A construção de dois novos bairros municipais (230 fogos), através da aquisição de terrenos;
- A construção de 4 novos bairros municipais (620 fogos) em terrenos pertencentes à CM;

- Reabilitação de prédios habitacionais ou frações.

Para esta dissertação, importa salientar a relevância dos dados sobre o atual parque habitacional municipal. Como já foi referido anteriormente no capítulo 4.3.1, é atualmente composto por 2653 fogos, identificados pelo ELH, onde 1324 foram sinalizados pelo não cumprimento das necessidades mínima de habitação - necessitam de uma intervenção. Estes fogos estão localizados em seis bairros - CAR de Camarate, Parcela 6, Quinta da Vitória, Quinta das Mós, Quinta das Pretas, Terraços da Ponte- e dois edifícios municipais - Bairro de Santo António, Barro-, onde a intervenção é urgente.

5 A informalidade nos bairros sociais de Loures

5.1 Escolha dos casos de estudo e principais características

No decorrer da análise do parque municipal de Loures, e cruzando os dados disponibilizados pela CM, pode-se concluir que o maior número de habitantes em bairros sociais é localizado na freguesia da Camarate, Apelação e Unhos (Figura 14).

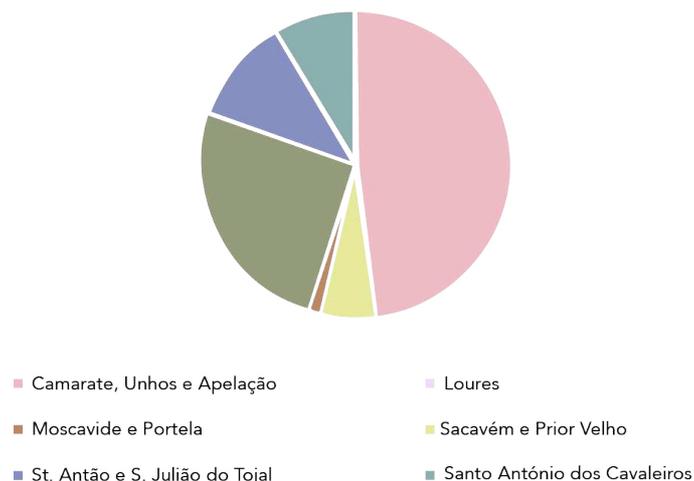


Figura 14 - Gráfico com identificação das freguesias com maior número de edifícios de habitação social (fonte: CM Loures)

Para perceber as diferenças entre cada freguesia, no ELH foi desenvolvida uma metodologia de análise que, através de vários índices de compósito¹⁰, averigua as necessidades de habitação. De todos os dados obtidos, importa referir que a freguesia de Camarate, Unhos e Apelação ocupou sempre os últimos lugares na tabela, relativamente aos índices sobre as condições de habitação e sobre a necessidade do alojamento.

¹⁰ "Um índice compósito agrega um certo número de diferentes indicadores num indicador único, cuja evolução para valores superiores ou inferiores, fornece uma leitura simples e rápida sobre a existência duma evolução respetivamente positiva ou negativa, na temática em apreço (inerente ao conjunto inicial de indicadores). De facto, a partir do índice compósito, pode-se avaliar a variação percentual ocorrida num dado período e num dado domínio e porventura compará-la com a variação num outro período, ou num outro domínio em análise." (INE, https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indbemestar&xlang=pt)

Posto isto, fazia todo o sentido utilizar esta freguesia como o mote para toda a investigação. Este dado pode ser justificado pela elevada existência de bairros clandestinos nesta freguesia (RTP Memória, 1975), reforçando a necessidade de realojamento. Dos cinco bairros pertencentes a esta freguesia, quatro deles estão abrangidos de alguma forma, nos planos de reabilitação e recuperação propostos pela CM Loures: Parcela 6, Quinta das Mós, Bairro de Sto. António e Car de Camarate. O único que fica de fora do plano é a Quinta da Fonte, um bairro que foi sujeito a uma intervenção profunda em 2020.

Assim, esta dissertação irá apenas estudar os quatro bairros que foram sinalizados pela CM.

No geral, os bairros apresentados possuem todas características diferentes. Em termos de morfologia arquitetónica encontramos um diverso quadro, potenciado pela diferença cronológica entre eles, bem como pelo seu enquadramento no âmbito das políticas de habitação. A malha urbana envolvente também acaba por ser um fator que se distingue entre todos, o que acaba por culminar em apropriações bastante diversas.

5.2 Processos de recolha de informação

No ano letivo 2021-2022, o bairro da Parcela 6 foi um dos casos de estudo de um grupo de alunos da turma do Projeto Final de Arquitetura (PFA), no qual esta dissertação começou por se inserir. As visitas no bairro da Parcela 6 iniciaram-se em setembro, inicialmente em forma coletiva com a turma, passando depois para um trabalho mais individual. Esta abordagem foi essencial para estabelecer uma relação de confiança com a população, tendo em conta que inicialmente se mostraram reticentes com a presença do grupo.

Em maio de 2022, foi desenvolvida uma sessão de debate no bairro da Parcela 6, que tinha como objetivo a partilha dos projetos propostos pelos colegas integrantes no grupo de trabalho de PFA com a população, de forma a promover um contacto participativo e recolher opiniões e sugestões (Figura 15). Apesar de este trabalho não

ter integrado esta atividade, foi muito importante presenciar a interação dos moradores com os trabalhos apresentados.



Figura 15 - Sessão de apresentação dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do PFA, na Parcela 6 (maio 2022)

Com estas visitas, surge a necessidade de comparar o bairro da Parcela 6 com os restantes bairros, para se perceber o enquadramento deste na freguesia de Unhos com maior habitação social do concelho de Loures. Apesar do tempo passado no bairro da Parcela 6 ter sido muito superior aos restantes casos, a visita em cada bairro decorria sempre da mesma forma. Primeira, tentava-se abordar alguns moradores para entender a realidade do bairro e da forma que se sentiam.

Em seguida, procedia-se ao mapeamento mais rigoroso, fruto da observação do espaço arquitetónica. Para tornar a leitura e análise dos elementos mais simplificada, optou-se por uma sistematização dividida em duas categorias: alterações no espaço público e alterações no edificado. Na leitura gráfica, cada categoria é distinguida através de um sistema de cores, como se pode observar abaixo:

1. Espaço público exterior

-  apropriações com construções de espaços verdes (hortas urbanas, ...)
-  apropriações com pequenas construções
-  destruição de espaço coletivo
-  depósito de resíduos

2. Envelope do edificado

-  alteração configuracional e/ou cromática da fachada
-  alteração dos vãos de janela
-  alteração dos vãos de porta
-  alteração das coberturas
-  alteração dos muros

No final de cada sistematização, e de forma a sistematizar tudo o que será analisado, será feita uma análise no final do subcapítulo onde serão realçados os padrões de apropriações encontrados, de forma a completar a lógica necessária para a comparação de todos os bairros analisados com a Parcela 6.

5.3 Parcela 6

5.3.1 Breve enquadramento histórico-geográfico

O bairro da Parcela 6 surge na década de 70, numa proposta de intervenção projetada pelos arquitetos Paulo Figueiredo, Manuel Teles e Carlos Carvalho. O seu planeamento estava inserido no programa SAAL, que pretendia organizar a expansão territorial que estava a acontecer no concelho, como foi referido no capítulo 4.1. No entanto, a sua construção só aconteceu na década de 80 através do PER, devido a alterações administrativas no SAAL, com algumas alterações na proposta inicial produzida anteriormente. (Jorge Branco, 2010).

A construção do edificado foi dividida em três diferentes fases, onde as moradias localizadas na rua Ruy de Carvalho foram as primeiras edificações a surgir. Serviam o propósito de realojar a população do Bairro do Poço, que devido à construção da linha férrea, foram obrigados a abandonar os terrenos onde residiam. Foram construídas 16 moradias unifamiliares em 1985. (Figura16-A)

A segunda fase surgiu em 1988 (Figura16-B), com a finalização das moradias, perfazendo um total de 24. A tipologia T3 é comum em todas, e o processo foi de autoconstrução, onde a CML cedia os terrenos e os moradores optavam por financiar a construção ou a mão-de-obra.

Apenas na última fase se procedeu à construção dos blocos habitacionais sociais com 80 fogos, com tipologias de T2 e T3, que pretendiam realojar pessoas de todo o município através do processo normal de candidatura a habitação social.

(Figura16-C)

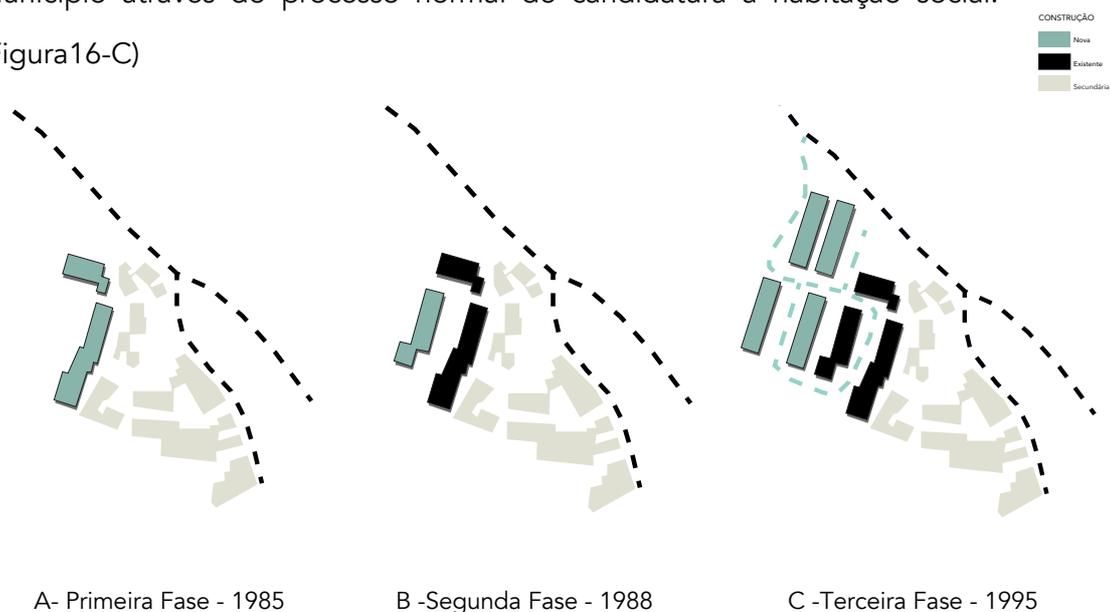


Figura 16 - Fases de construção do bairro da Parcela 6

O bairro da Parcela 6 é por isso, um exemplo de diferentes intervenções urbanísticas ocorridas entre as décadas de 70 e 90, que exemplifica o estilo arquitetónico corrente neste período.



Figura 17- Ortofotomapa da Parcela 6 (Google Earth, 2022)

5.3.2 Análise da evolução do desenho urbano

Espaço Público

Comparando o desenho original de 1988 e o atual, pode-se afirmar existem alterações acentuadas, que aconteceram ao longo destes anos (Figura 18).



Figura 18 - Configuração do espaço público exterior (1988 vs 2022)

No plano original, existia uma maior área dedicada ao espaço público, com zonas ajardinadas e áreas pedonais contínuas e mais integradas com o espaço construído. Com a evolução do projeto e mesmo já depois da construção, várias alterações foram sendo incluídas.

Devido à topografia natural do terreno, no plano original de 1988 foi necessário desenhar vários acessos verticais, como escadas e rampas foram previstas umas escadas (Figura18, ponto A), que ligavam a estrada principal ao núcleo central da Parcela 6, e que também permitia acesso ao bloco de apartamentos localizado aí. No entanto, este elemento foi removido pela CM. A população alegava que a sua localização não era

boa, já que ligava diretamente o parque à estrada principal, pondo em causa o nível de segurança das crianças. O lixo acumulado e a grande diferença topográfica foram também fatores determinantes para o seu abandono.

O parque infantil (Figura18, ponto B) também acabou por ser retirado em 2020 pela CML. A degradação e a má utilização conduziram a este fim. (Figura 19-20)



Figura 19 - Equipamentos degradados do parque infantil- anteriormente (fonte: CM Loures, 2020)



Figura 20 - Atual espaço público, zona do antigo parque infantil

O estacionamento automóvel projetado inicialmente acabou por não ser suficiente, dado o panorama que encontramos no bairro, onde estamos perante várias situações de estacionamento abusivo. As pessoas acabam por ter a necessidade de colocar as viaturas na faixa de rodagem, ou até mesmo em cima de passeios, o que faz com que os residentes tenham de muitas vezes fazer o percurso pedonal pela estrada (Figura 21)



Figura 21 - Passeios ocupados

Edificado

No edificado, encontramos duas morfologias: Os edifícios (Figura 22) as moradias (Figura 23).



Figura 22 - Vista dos blocos habitacionais pela estrada de acesso à Parcela 6



Figura 23 - Vista pela rua Ruy de Carvalho para as moradias da Parcela 6

Nos edifícios, os fogos são de tipologias T2 e T3, com os últimos pisos desenhados em duplex (Figura 21). O acesso é feito por uma distribuição em galerias, com escadas nos limites dos blocos e também no meio. Cada piso contém oito fogos, onde o número de piso varia entre cada lote.

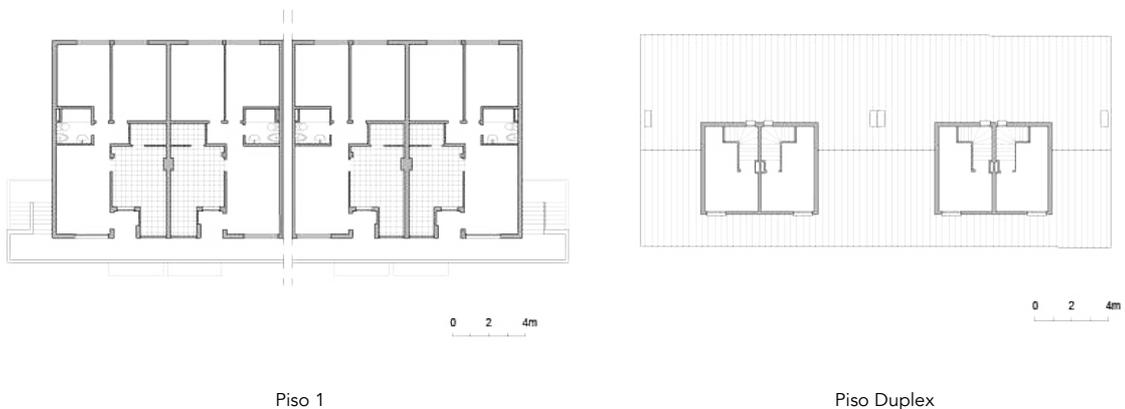


Figura 24 - Plantas representativas dos blocos habitacionais

As moradias unifamiliares (Figura 25) assumem um formato em banda, e foram projetadas em tipologia T3, divididas em dois pisos, com aproveitamento da cobertura de duas águas no segundo. As entradas ficaram definidas conforme a imagem

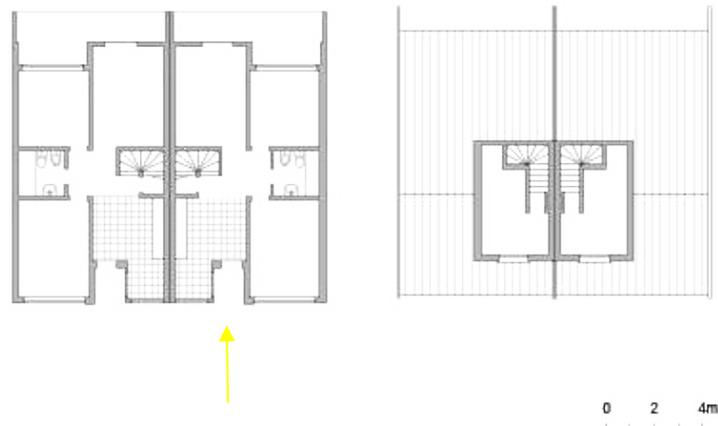


Figura 25 - Plantas esquemáticas e representativas das moradias da Parcela 6

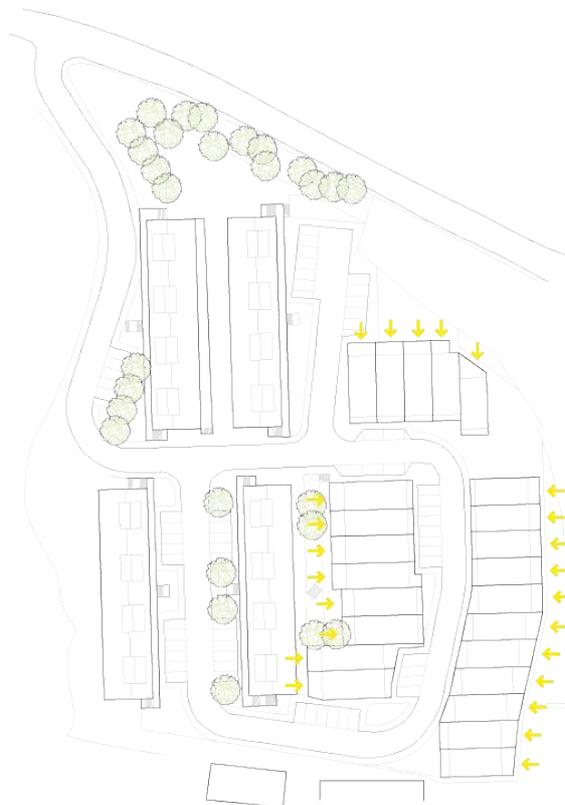


Figura 26 - Representação esquemática dos acessos planeados para as moradias

5.3.3 *Interação com moradores e Câmara Municipal de Loures*

5.3.3.1 *Relatos dos Habitantes sobre a sua vivência no bairro*

Como se constatou no subcapítulo 5.3.1, as moradias unifamiliares são anteriores aos edifícios de habitação social. A decisão da câmara municipal de construir um novo bairro social não foi, por isso, prevista pelos proprietários, algo que muitos deles mencionam até hoje, como referido por um morador, o senhor João, entrevistado no dia 26.01.2022: *“Se soubéssemos que iríamos estar inseridos num bairro social, tinha vendido logo a minha casa.”*

Através de informação do departamento de habitação de Loures, sabe-se que cerca de 70% dos inquilinos dos fogos são pertencentes à comunidade cigana. Este acaba por ser um dos principais fatores de discórdia e insatisfação entre todos os habitantes - os costumes e forma como utilizam espaço.

Nos relatos dos moradores das moradias, o sentimento de descontentamento é comum. Apontam a falta de segurança como principal fator, e que isto é uma consequência da falta de respeito dos membros da comunidade cigana.

Toda esta situação já foi passada à CM de Loures, e dizem que até hoje, nada foi feita para combater esta situação – sentem-se abandonados.

Já nos relatos dos moradores dos edifícios, encontramos duas versões: a dos membros da comunidade cigana, que se diz vítima de preconceito por parte dos restantes, e a dos outros habitantes, que também aponta a comunidade cigana como o principal problema do bairro.

No entanto, a falta de manutenção do bairro é sempre referida nas interações com os moradores. Apesar dos técnicos da câmara municipal afirmarem que são efetuadas duas limpezas semanais ao espaço, os moradores desmentem, e chegam a afirmar que houve alturas onde foram feitas uma em duas semanas.

O espaço público acaba por ser um sítio que agrega todas as realidades, já que acaba por ter de ser partilhada por todos. Esta dualidade reflete-se na sua utilização. Se por um lado, encontramos sinais de uma grande comunidade que utiliza muito o espaço para viver parte dos seus costumes, por outro encontramos pequenos elementos que sugerem uma privatização de certas áreas.

Os transportes públicos também é um dos problemas apontados, tendo em conta que num raio de 5 km, existe apenas uma paragem de autocarro. Grande parte dos moradores abordados referem que utilizam os transportes públicos, e os tempos e os custos relacionados com a deslocação a serviços básicos (supermercado, centro de saúde, bancos) representam um problema relevante para os moradores.

5.3.3.2 Breves considerações dos representantes da Câmara Municipal de Loures

O envolvimento dos técnicos da CML assumiu um papel importante desde o início deste processo. A primeira visita, acompanhados por técnicos da CM Loures permitiu um melhor enquadramento da situação atual, onde expuseram os seus conhecimentos sobre a comunidade, as vivências, a história do próprio bairro. Foi-nos explicada as dificuldades de gestão e intervenção no bairro, onde salientaram a necessidade de recuperação do edificado, e a resistência que os residentes em ações de manutenção do bairro. Realçaram também a uma dificuldade em contabilizar com certeza o número de residentes, visto que existe uma prática muito comum de alteração de residentes entre fogos e agregados familiares, sem a sua aprovação.

5.3.4 As apropriações informais no bairro

Como foi explicado anteriormente no capítulo 5.2, o bairro da Parcela 6 foi o principal alvo de estudo de PFA, o que se traduz naturalmente numa recolha de informação mais rica e completa. Por esse motivo, e dado a diversidade das tipologias de edificado, optou-se pela separação de cada uma delas por sub-capítulos diferentes.

Em cada tópico do mapeamento 2 (terminologia designada no capítulo 5.2), a análise diagramática dos elementos encontrados nas moradias será identificada graficamente pela planta geral do bairro, e nos edifícios através dos respetivos alçado, identificados pelo número do lote (Figura 26).



Figura 27 - Identificação de cada lote do conjunto dos edifícios da Parcela 6

No entanto, nos edifícios, foram apenas apontadas as alterações nas fachadas, nos vãos das janelas e das portas, deixando excluído alterações de muros e de cobertura, por não ser algo aplicável neste tipo de edificado. Dada a diversidade encontrada e a dificuldade em obter imagens adequadas, a apresentação das imagens irá ser feita de uma forma sintetizada, representando a apropriação encontrada.

Para que a leitura dos resultados seja mais clara, a exposição do mapeamento dessas três alterações irá ser apresentada na seguinte forma:

-
- Alteração configuracional e/ou cromática da fachada
 - a – colocação de revestimento exterior
 - b – alteração da cor original da pintura
-
- Alteração dos vãos de janela
 - c – colocação de gradeamento por cima do vidro
 - d – cobrimento do vão com tijolo
-
- Alteração dos vãos de porta
 - e – alteração da porta por nova porta de pvc
 - f – colocação de gradeamento na entrada exterior
 - g – alteração da porta por nova porta por porta de alumínio
 - h – alteração da porta por nova porta de madeira
-

Nesta recolha, foram também observadas anomalias e patologias na construção, mas por não se enquadrarem no objetivo deste trabalho, não foram mapeadas.

5.3.4.1 Apropriações o espaço público exterior

Apropriações com construção em espaços verdes



Figura 28 - Planta com registo das apropriações em espaços verdes na Parcela 6

1



Plantação

Elementos plantados pelos moradores

2



Plantação

Zona vedada com flores plantadas e cuidadas

4



Horta

Horta e capoeira, para criação de galinhas

3



Horta

Local entre moradias, que está a ser utilizado para cultivo de alimentos por parte de um morador das moradias

Apropriações com pequenas construções



1



Barraca

Esta barraca foi construída por um membro da população, com o intuito de utilizar como arrecadação. Mais tarde, abandonou o local, e os jovens aproveitavam-nos para reunir. Instalaram inclusivamente equipamentos de cozinha para organizar pequenos lanches.

Figura 29 - Planta com registo das apropriações com pequenas construções na Parcela 6

4



Ponto Religioso

Elemento religioso construído com fundos dos moradores das moradias.

3



Gaiola

Gaiola construída com fundos dos moradores das moradias.

2



Contentor

O contentor foi aproveitado pelas crianças da comunidade cigana para núcleo de brincadeira.

Destruição de espaços coletivos



Figura 30 - Planta com registo de destruição de espaços coletivos na Parcela 6

1



Terreno Baldio

Estava localizado o antigo parque infantil, que ao longo dos anos se foi degradando. Em 2020, este equipamento foi removido pelos técnicos da CML, de forma a preservar a segurança dos moradores do Bairro

2



Zona Abandonada

Zona abandonada, com bancos espalhados e deslocados

Depósitos ilegais de resíduos



Figura 31 - Planta com registo de depósito de resíduos na Parcela 6

1



Resíduos no chão

Em todo o bairro, encontramos vários pontos repletos de resíduos

2



Sucateira

Nesta passagem, é evidente a apropriação por parte de um morador de grande parte do espaço, como sucateira

4



Resíduo Industrial

Vestígios de materiais e resíduos industriais colocados em espaço desampado

3



Resíduos de média dimensão

Resíduos de media dimensão colocados na zona das galerias

5.3.4.2 No envelope do edificado das moradias

Alteração configuracional e/ou cromática das fachadas exteriores



Figura 32 - Planta com registo das alterações na fachada das moradias da Parcela 6

1



Configuração e Revestimento

Alteração total da fachada, em termos configuracionais e de materiais. A cobertura foi prolongada, o que causou a criação de um alpendre. Os vãos foram todos alterados, e foi adicionado revestimento em pedra.

2



Configuração

Encerramento do alpendre com pano de tijolo, com a colocação da porta numa posição mais avançada face à configuração original

4



Revestimento

Acrescento de ladrilho na fachada

3



Configuração

Cobrimento do alpendre com chapas de acrílico e policarbonato

Alteração dos vãos das janelas



Figura 33- Planta com registo das alterações nos vãos das janelas nas moradias da Parcela 6

1



Localização e material

Com a absorção do alpendre da entrada, foi adicionada uma nova janela em pvc na nova parede.

2



Localização e material

Com a absorção do alpendre da entrada, foi adicionada uma nova janela em pvc na nova parede.

3



Material

Alteração de janela por nova em pvc

Alteração dos vãos das portas



Figura 34 - Planta com registo das alterações nos vãos das portas nas moradias da Parcela 6

1



Posição e material

Com a absorção do alpendre da entrada, foi adicionada uma nova porta em pvc na nova parede

2



Posição e material

Com a absorção do alpendre da entrada, foi adicionada uma nova janela em pvc na nova parede

3



Material

Alteração da porta por porta em pvc

Alteração das coberturas



1



Extensão

Extensão com telha

2



Extensão

Extensão com telha

3



Extensão

Extensão com chapa metálica

Figura 35 - Planta com registo das alterações nas coberturas das moradias da Parcela 6

4



Extensão

Extensão com chapa metálica

5



Extensão

Extensão com chapa metálica

6



Extensão

Extensão com chapa metálica

7



Extensão

Extensão com telha

8



Extensão

Extensão com chapa metálica

Alteração dos muros



Figura 36 - Planta com registo das alterações dos muros nas moradias da Parcela 6

1



Altura

Colocação de chapa metálica

2



Altura

Colocação de policarbonato

3



Altura

Colocação de sebes vivas

4



Altura

Colocação de gradeamento

5



Revestimento

Colocação de revestimento exterior

6



Altura

Colocação de sebes vivas

7



Altura

Colocação de gradeamento

8



Altura e revestimento

Colocação de sebes vivas

9



Altura

Colocação de gradeamento

10



Altura e revestimento

Colocação de revestimento e subida de altura através de colocação de gradeamento

11



Altura e revestimento

Colocação de revestimento e subida de altura com alvenaria

12



Altura

Aumento do muro através de construção em alvenaria, com acrescimento de chapa metálica

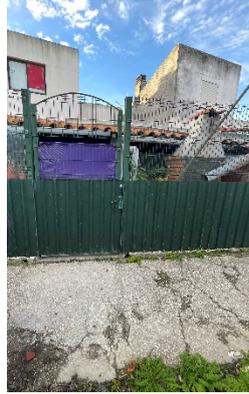
13



Altura

Colocação de gradeamento

14



Altura e pintura

Colocação de gradeamento

15



Altura

Aumento com alvenaria

16



Altura e revestimento

Colocação de chapa metálica

17



Altura

Colocação de sebes vivas

5.3.4.3 No envelope do edificado dos edifícios municipais

Alteração configuracional e/ou cromática da fachada

Lote 1

Não foram encontradas alterações

Lote 2

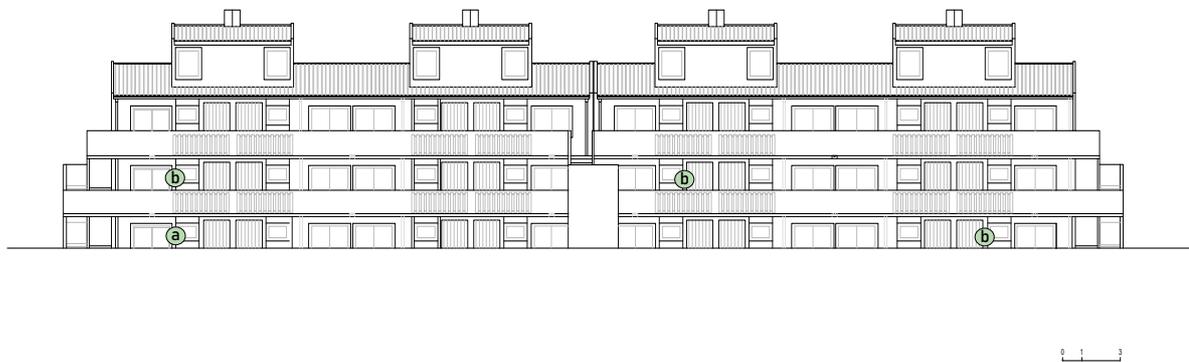


Figura 37- Alçado com as alterações na fachada do lote 2 na Parcela 6



Lote 3

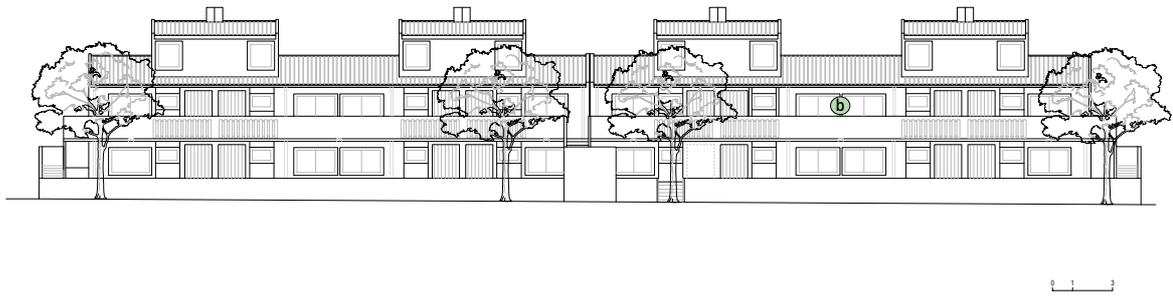


Figura 38 - Alçado com as alterações na fachada do lote 3



Lote 4

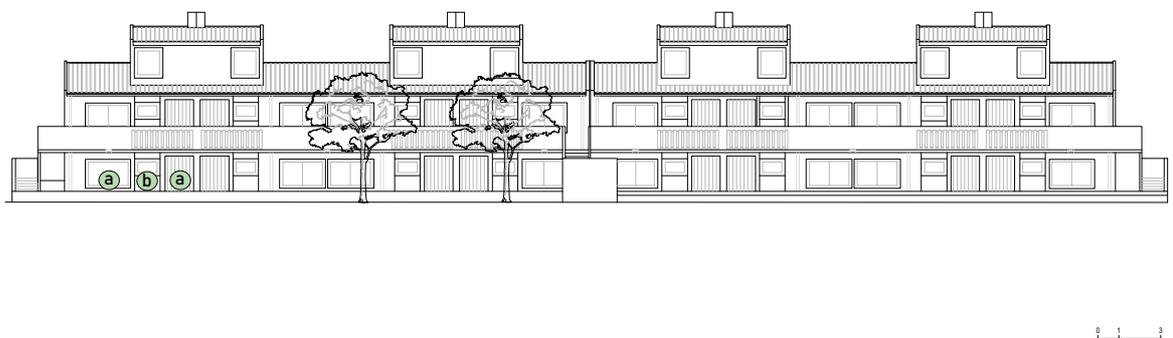
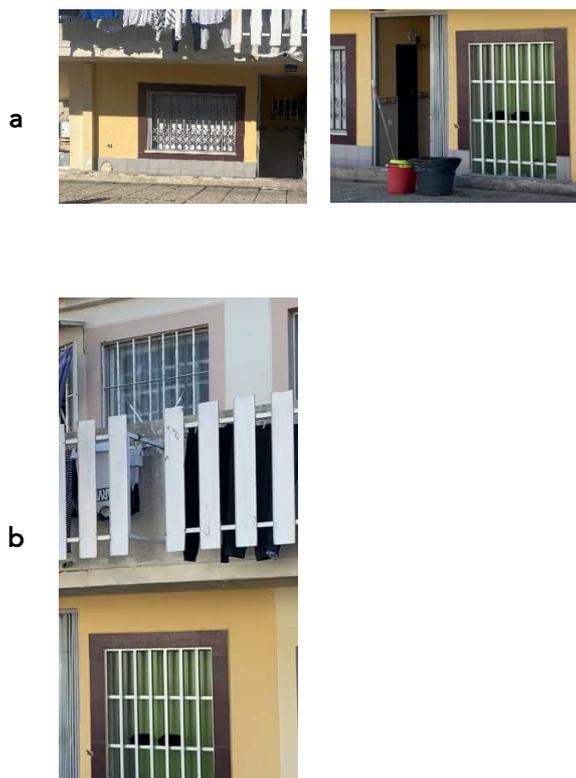


Figura 39- Alterações na fachada do lote 4



Alteração dos vãos das janelas

Lote 1

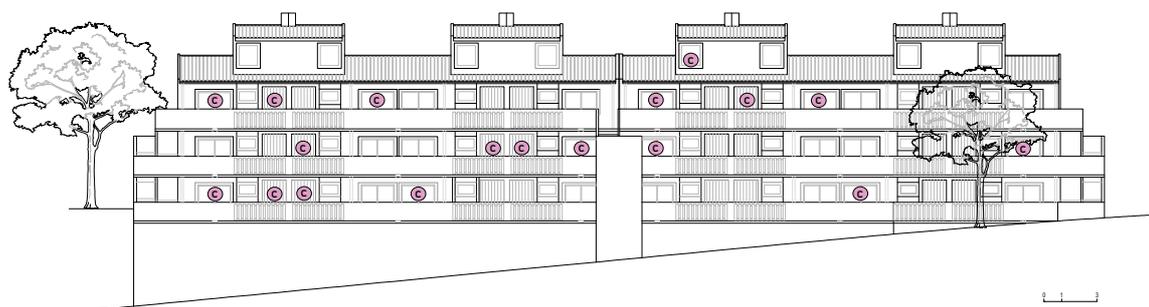


Figura 40 - Alçado com as alterações dos vãos das janelas no lote 1



d (não foi encontrada esta alteração)

Lote 2



Figura 41- Alçado com as alterações nos vãos das janelas no lote 2



d (não foi encontrada esta alteração)

Lote 3

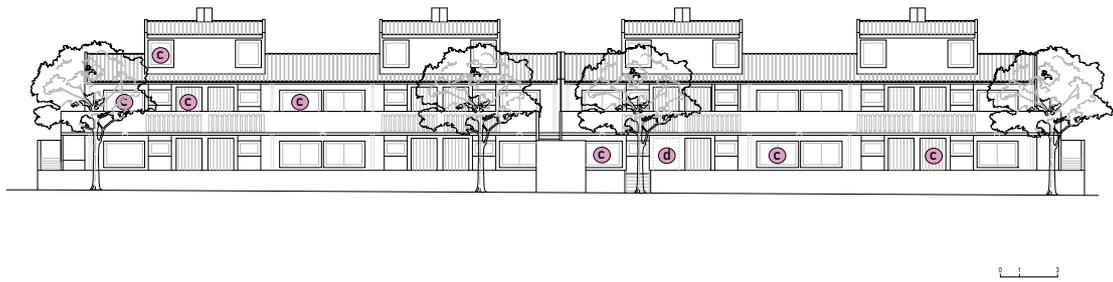
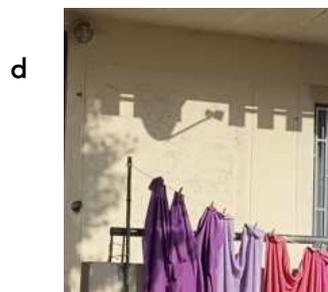


Figura 42- Alçado com as alterações nos vãos das janelas no lote 3



Lote 4



Figura 43- Alçado com as alterações nos vãos das janelas no lote 4

c



d



Alteração dos vãos das portas

Lote 1



Figura 44 - Alçado com as alterações nos vãos das portas no lote 1

e



g



f



h Esta alteração não foi encontrada

Lote 2

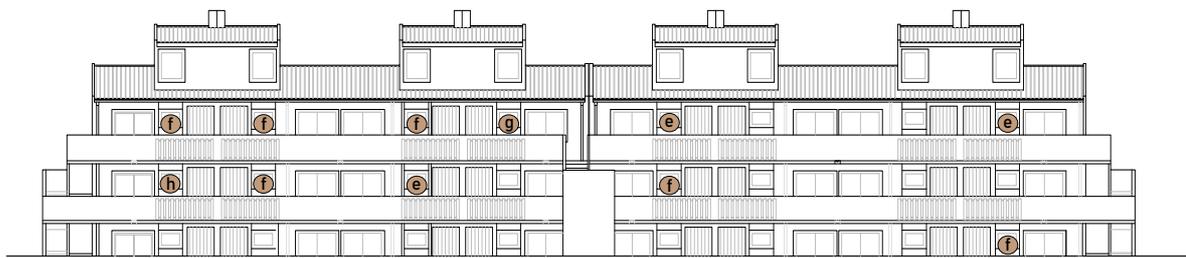
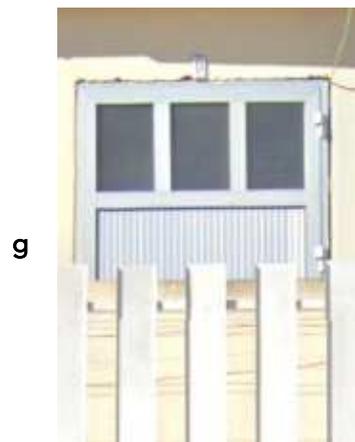


Figura 45 - Alçado com as alterações nos vãos das portas no lote 2



Lote 3

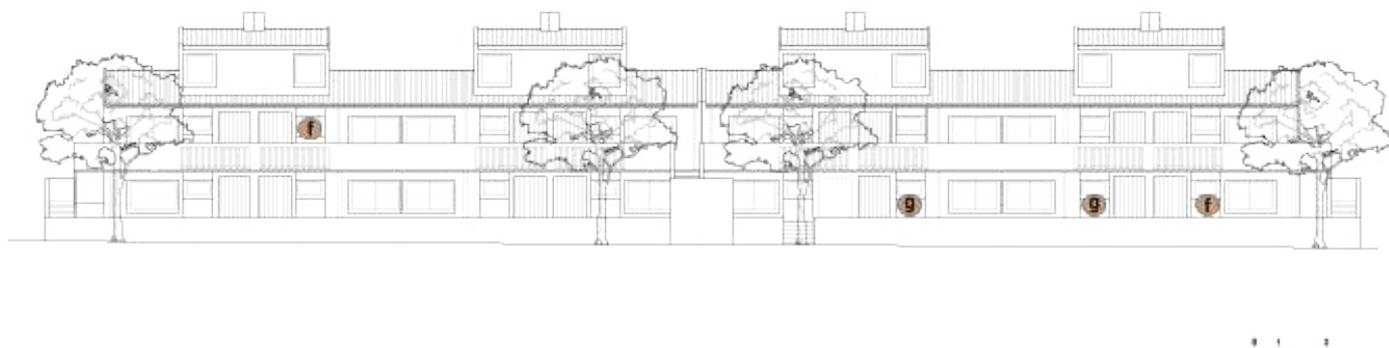
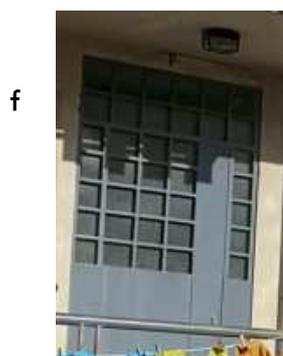


Figura 46- Alçado com a indicação das alterações nos vãos das portas do lote 3

e (não foi encontrada esta alteração)



h (não foi encontrada esta alteração)

Lote 4

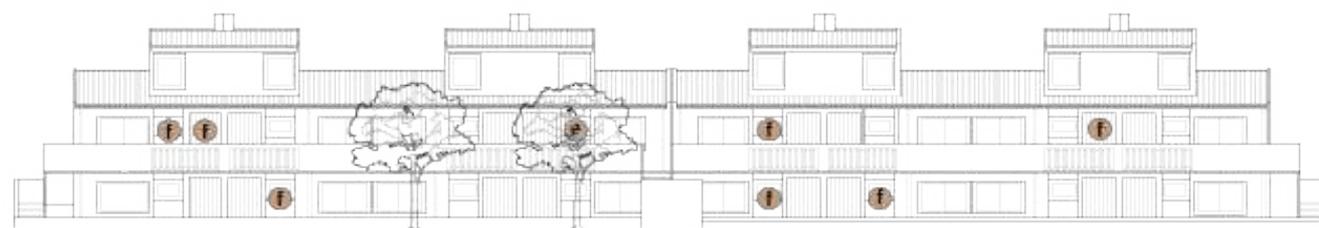


Figura 47 - Alçado do lote 4 com o mapeamento da alteração nas portas

e (não foi encontrada esta alteração)

f (não foi encontrada esta alteração)



h (não foi encontrada esta alteração)

5.3.5 Síntese das principais alterações introduzidas pelos habitantes no Bairro da Parcela 6

As evidências de apropriações encontradas na Parcela 6 demonstram que existe uma vontade da população em tornar todo o bairro mais seu, numa tentativa de o personalizar. Na análise do espaço público, essa intenção está muito evidente. Encontramos elementos construtivos feitos pela própria população - caso do ponto religioso e da gaiola - e pontos com vários espaços ajardinados ou com pequenas hortas, que reforça esta vontade que os residentes têm em dar identidade ao bairro.

Para além disso, a utilização do espaço para fins de lazer é recorrente, maioritariamente para as crianças, e nas visitas efetuadas, os moradores justificam essa situação com a falta de um parque infantil ou de um espaço próprio para convívios.

No edificado, as apropriações encontradas sugerem uma resposta aos problemas de segurança, aliado a um conseqüente aumento de privacidade, que segue os relatos partilhados durante várias sessões de conversas com alguns moradores. Foram referidas situações de roubo ou vandalismo, e, conseqüentemente, os moradores sentiram a necessidade de proteger as suas próprias habitações.

Nas moradias, e relativamente às entradas, no capítulo 5.3.2 (Figura 26), foram registadas que planeadas, e depois de efetuada esta análise, compreendeu-se que a grande maioria delas alterou este pressuposto. (Figura 48)

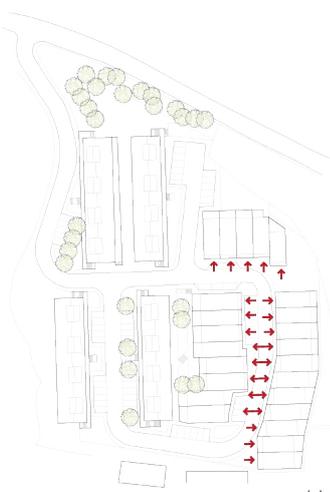


Figura 48 – Registo das novas entradas da Parcela 6

Destaca-se também o acréscimo de altura dos muros das moradias, presente em 13 moradias do total de 24. A subida do muro assume uma expressão marcante, no sentido em que na grande maioria dos registos no capítulo 5.3.4, assume um papel de barreira claro, sem permitir qualquer visibilidade para o interior/exterior (Figura 49). Esta tendência reforça a ideia partilhada anteriormente, presente no relato dos moradores.

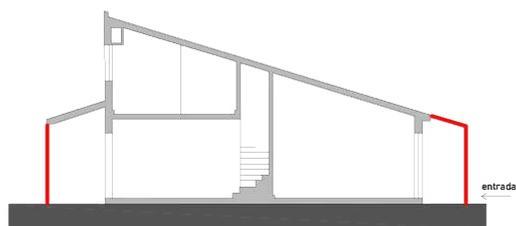


Figura 49 – Corte esquemático com registo das apropriações nos muros e limite dos lotes das moradias da Parcela 6

Importa também salientar que grande parte destas alterações se encontram nas bandas das moradias que circundam o limite do bairro, como indicado na Figura 50.



Figura 50 – Mapa das moradias com maiores alterações da Parcela 6

Em relação blocos habitacionais, encontramos também alguns padrões comuns.

De todas as alterações, destaca-se a colocação de gradeamento nos vãos janelas, encontradas em 37 fogos. No caso dos vãos das portas, encontramos 31 fogos que estão abrangidos por esta alteração. Em todos eles, isto traduziu-se também numa apropriação da área do hall de entrada entre o fogo e a galeria (Figura 51) - a área útil da habitação absorveu-a.

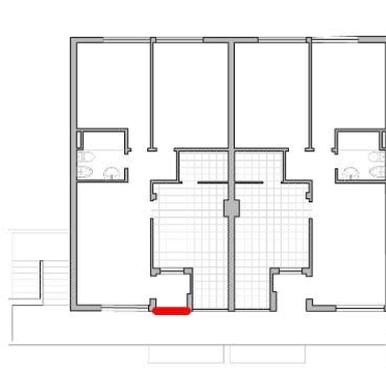


Figura 51 - Planta esquemática com registo da apropriação encontrada nos blocos habitacionais

5.4 Bairro Municipal da Quinta das Mós

5.4.1 Breve enquadramento

O bairro da Quinta das Mós, situado no limite do concelho de Loures, é constituído por 210 fogos, com tipologias de T0 a T5.

Nos fins da década de 90, no âmbito do PER, desenvolvia-se um conjunto de urbanizações nos chamados bairros de Fetais, nos limites do município de Loures e antiga freguesia de Camarate (Figura 52), onde a Quinta das Mós estava inserida. (Antunes, 2011)



Figura 52 - Bairros que conformam os Fetais (Antunes, 2011)

Numa entrevista para o Jornal de Notícias em 2005, o antigo vereador da habitação, António Pereira, explicou que a Quinta das Mós é "(...) um bairro de habitações a custos controlados destinadas, em primeiro lugar, às pessoas que atualmente vivem no local, em barracas ou casas degradadas". Numa segunda fase, os fogos que ficarem disponíveis serão atribuídos a famílias inscritas no PER residentes noutros pontos do concelho."¹¹

¹¹ Fonte: <https://www.jn.pt/arquivo/2005/iniciada-construcao-de-bairro-social-em-camarate-515478.html>

Trata-se de um dos bairros mais recentes da freguesia de Loures, com construção finalizada em 2007. (Figura 53)



Figura 53 - Registo fotográfico do bairro da Quinta das Mós

5.4.2 As apropriações informais no bairro

O bairro é composto por seis blocos habitacionais, onde o espaço público é definido por estacionamento pela zona entre os blocos. Os registos encontrados acabam por ser algo limitativos, o que torna este bairro um objeto arquitetónico pouco personalizado.

5.4.2.1 Apropriações o espaço público exterior

Apropriações com construção de espaços verdes

(Não foram encontradas alterações)

Apropriações com pequenas construções



1



Barraca

Barraca que serve alguns habitantes para armazenamento de materiais

2



Espaço de arrumos para uma família

Figura 54 - Planta com registo das apropriações com pequenas construções na Quinta das Mós

Construção de espaço de arrumos para uma família

4



Oficina

Montagem de uma mesa para trabalhos de carpintaria e tanque de lavar a roupa

3



Toldo

Montagem de um toldo improvisado, que serve para convívio dos moradores

Destruição de espaços coletivos

(Não foram encontradas alterações)

Depósito ilegal de resíduos



1



Resíduos

Encontramos na estrada, vários pontos com lixo no chão

2



Resíduos

Lixo de maiores dimensões localizado na encosta do bairro

3



Resíduos

Figura 55 - Planta com registo do depósito ilegal de resíduos na Quinta das Mós

5.4.2.2 Nas fachadas do edificado

No edificado, não foram encontrados quaisquer sinais de apropriações.

Alteração configuracional e/ou cromática da fachada

(Não foram encontradas alterações)

Alteração dos vãos de janela

(Não foram encontradas alterações)

Alteração dos vãos de porta

(Não foram encontradas alterações)

Alteração das coberturas

(Não foram encontradas alterações)

Alteração dos muros

(Não foram encontradas alterações)

5.4.3 Síntese das principais alterações introduzidas pelos moradores no Bairro de Quinta das Mós

O facto de o Bairro da Quinta das Mós ser o mais recente, com a distribuição dos fogos feita em 2007, acaba por se traduzir no número reduzido de apropriações encontradas.

No espaço público, encontramos quatro padrões de apropriações, principalmente pequenas construções, feitas pelos moradores de etnia cigana. É uma situação semelhante à Parcela 6, embora neste caso, se encontrem poucas evidências de apropriações no espaço exterior, não sendo um espaço de convívio diário. Grande parte dos moradores indicam que não utilizam o espaço público por não terem nenhum tipo de atratividade. Para além de falta de manutenção e qualidade do espaço público (Figura 56), apontam a falta de atratividade como principal motivo para utilizarem o bairro apenas como dormitório.

O bairro está também englobado no plano do ELH, que, à semelhança da Parcela 6, planeia uma intervenção no espaço público, através de recuperação e organização das zonas verdes, criação de zonas de lazer e de desporto e de colocação de mais mobiliário urbano.



Figura 56 - Espaço Público do bairro da Quinta das Mós

Em termos de edificado, é notória a melhoria da qualidade construtiva comparando com a Parcela 6, algo que depois se reflete na falta de alterações encontradas no edificado. Encontramos apenas algumas anomalias nos espaços

comerciais, mas que apenas demonstram ações de vandalismo que decorreram no bairro. (Figura 57)



Figura 57 - Vandalismo praticado nos espaços comerciais

5.5 Bairro CAR de Camarate

5.5.1 Contexto e origem

O bairro CAR de Camarate foi construído no âmbito do programa CAR - tal como o nome sugere -, que era definido como um "(...) que se concentra na inovação de técnicas construtivas e na experimentação de novas relações, através da prefabricação, entre o Estado central, a indústria de construção e as autarquias." (Agarez, 2018, pg. 261)

Iniciado em 1976 e concluído em 1981, este bairro surge com a necessidade de dar resposta ao alojamento de um elevado número dos refugiados das ex-colónias africanas. O loteamento foi executado em duas fases principais, promovido diretamente pelo FFH e pelo Urbanismo do Ministério do Equipamento Social, no âmbito da Comissão de Apoio aos Refugiados (CAR).

A área deste bairro é uma unidade morfológica contemporânea de traçado regular (Figura 58). Bairro de casas prefabricadas em banda unifamiliares térreas, com logradouro junto à fachada principal e no tardo, formando quarteirões. (Figura 59)

Através do levantamento efetuado em 2011 pela CM Loures, do total de 298 fogos, 102 pertencem ao parque habitacional municipal, sendo o maior bairro CAR do país.



Figura 58 - Planta do projeto (fonte: CM Loures, 2022)



Figura 59 - Exemplo de tipologia pré-fabricada (Fonte: Sipa, 2014)

5.5.2 *As apropriações informais no bairro*

O extenso quadro de edificado existente na malha urbana permite entender o conjunto de relações e pertinência cujos alicerces se apoiam no respetivo desenho. Tornando-se, no âmbito deste trabalho, pertinente avaliar estes fortes traços urbanos que se destacam na respetiva escala do estudo.

5.5.2.1 No espaço público exterior

Apropriações com construção de espaços verdes

(Não foram encontradas alterações)

Apropriações com pequenas construções

(Não foram encontradas alterações)

Destruição de espaços coletivos

(Não foram encontradas alterações)

Depósito Resíduos

(Não foram encontradas alterações)

5.5.2.2 Nas fachadas do edificado

Dada à extensa malha de edificado, optou-se por proceder ao registo das evidentes personalizações, mais comuns e de destaque, de forma a gerar uma ideia visual sobre o panorama gera.

Alteração das paredes da fachada



Figura 60- Planta com registo das alterações na fachada do Bairro

CAR de Camarate

1



Cor

Alteração da cor e colocação de revestimento exterior

2



Configuração

Alteração total da fachada, absorção da área exterior no interior do edificado

3



Cor e revestimento

Alteração da cor e colocação de revestimento exterior

4



Cor

Alteração da cor

5



Cor e configuracional

Alteração total da fachada, com alteração de cor e aumento de piso

6



Cor e configuracional

Alteração total da fachada, com alteração de cor e com acrescento de um piso

7



Cor

Alteração da cor em parte da fachada

8



Cor e configuracional

Alteração total da fachada, com alteração de cor e com acrescento de um piso

9



Cor e configuracional

Alteração total da fachada, com alteração de cor e com acrescento de um piso

10



Cor e configuracional

Alteração total da fachada, com alteração de cor e com acrescento de um piso

11



Cor

Alteração total da cor da fachada, com acrescento de revestimento

Alteração dos vãos das janelas



Figura 61 - Planta com registo das alterações nos muros do bairro CAR de Camarate

1



Localização e material

Com a absorção do alpendre da entrada, foi adicionada uma nova janela em pvc na nova parede.

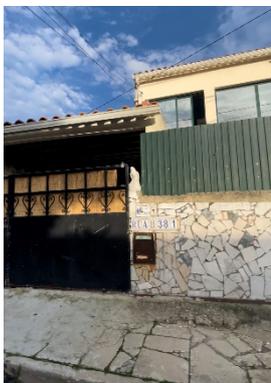
2



Localização e material

Com a absorção do alpendre da entrada, foi adicionada uma nova janela em pvc na nova parede.

3



Localização e material

Novas janelas no novo piso superior e substituição das antigas

4



Localização e material

Novas janelas no novo piso superior e substituição das antigas

5



Localização e material

Novas janelas no novo piso superior e substituição das antigas

Alteração dos vãos das portas



1



Material

Alteração da porta por porta pvc

2



Localização e Material

Com a absorção do alpendre da entrada, foi adicionada uma nova porta em pvc na nova parede

Figura 62 - Planta com registo das alterações nas portas do bairro CAR de Camarate

3



Localização e Material

Com a absorção do alpendre da entrada, foi adicionada uma nova porta pvc na nova parede

4



Material

Alteração da porta por porta de pvc

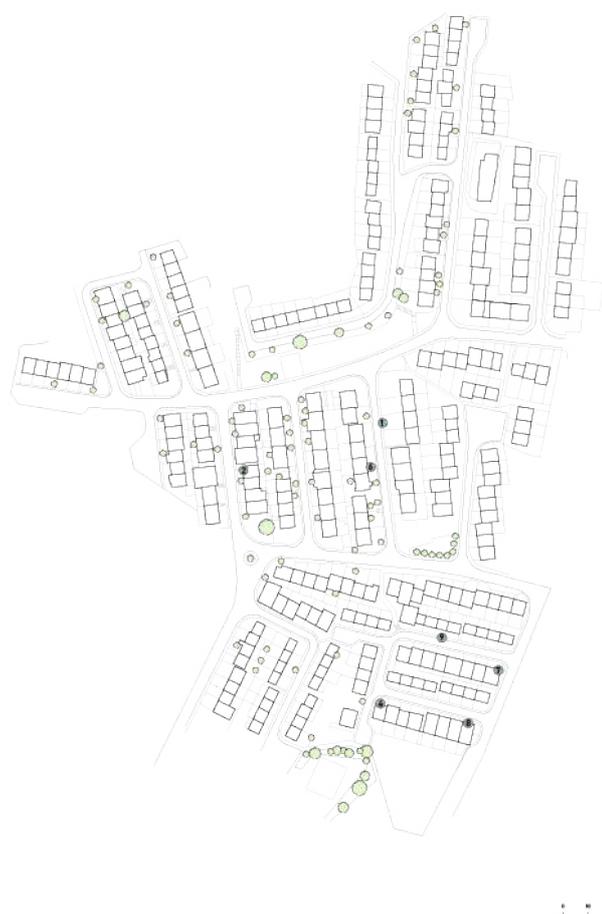
5



Material

Alteração da porta por porta de pvc

Alteração das coberturas



1



Extensão

Extensão com chapa metálica para criar uma garagem

2



Substituição

Demolição da cobertura anterior e substituição por nova em telha

Figura 63 - Planta com registo das alterações nas coberturas do bairro CAR de Camarate

3



Substituição

Demolição da cobertura anterior e substituição por nova em telha

4



Substituição

Demolição da cobertura anterior e substituição por nova em telha

5



Substituição

Demolição da cobertura anterior e substituição por nova em telha

6



Substituição

Demolição da cobertura anterior e substituição por nova em telha

7



Substituição

Demolição da cobertura anterior e substituição por nova em telha

8



Substituição

Demolição da cobertura anterior e substituição por nova em telha

9



Substituição

Demolição da cobertura anterior e substituição por nova em telha

Alteração dos muros



Figura 64 - Planta com registo das alterações nos muros do bairro CAR de Camarate

1



Altura e Cor

Colocação de chapa metálica

2



Altura e Revestimento

Subida de altura através de alvenaria e colocação de revestimento

3



Altura e Revestimento

Subida de altura através de alvenaria e colocação de revestimento.

4



Altura

Colocação de chapa metálica e acresceto de portão de garagem

5



Altura

Colocação de elemento e acresceto de portão de garagem

6



Cor

Alteração da cor

7



Revestimento

Colocação de revestimento exterior

8



Altura

Colocação de chapa metálica e posterior acresceto de porta de garagem.

9



Revestimento

Colocação de revestimento exterior e acresceto de portão de garagem

10



Altura

Subida de muro com recurso a chapa metálica

11



Cor

Alteração da cor

12



Altura e Revestimento

Subida acentuada dos muros através de betão, e posterior acresceto de porta de garagem.

13



Cor

Alteração da cor

14



Altura

Colocação de gradeamento e sebes vivas, bem como de um portão de garagem

5.5.3 Síntese das principais alterações introduzidas pelos habitantes no Bairro Car de Camarate

As evidências registadas estão apenas presentes no edificado, excluído assim qualquer apropriação no espaço público. Através da informação da CM, em 2011 existiam cerca de 102 moradias pertencentes ao parque habitacional, num total de 298. Ou seja, mais de metade são propriedade privada, o que também deixa mais abertura para um maior número de alterações. O registo efetuado permitiu perceber que não existem muitos padrões comuns entre as moradias. No edificado, encontramos moradias que sofreram alterações no número de pisos, e que, segundo alguns proprietários, estão licenciadas. Perdeu-se por completo a identidade original do bairro, que deu lugar a um bairro exclusivamente residencial, onde grande parte dos proprietários privados afirma ter conseguido um bom valor na data de aquisição do lote (dado ser parte de um bairro social).

Encontramos apenas um ponto comum, sendo ele a garagem: foram adicionadas após a construção, o que evidencia para uma falta de estacionamento no desenho original. Os próprios moradores referem que esse foi o fator principal para o acrescento deste elemento (Figura 65-66)

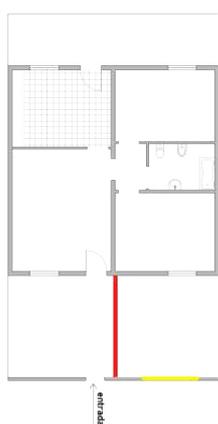


Figura 65 - Planta esquemática com registo da apropriação destacada do bairro CAR de Camarate



Figura 66 – Resumo da apropriação para garagem

5.6 Bairro de Santo António

5.6.1 Contexto e Origem

O Bairro de Santo António teve a sua origem nos anos 60 (Figura 67), e pode-se considerá-lo como um reflexo do fenómeno do êxodo rural que caracterizou os fluxos migratórios no território nacional naquele período. (Rodrigues, 2014) Comunidades oriundas das Minas de São Domingos em Beja, devido ao seu encerramento em 1965, se viram obrigadas a procurar alternativas, tendo-as encontrado em Sacavém, nas várias fábricas existentes.

À semelhança do que aconteceu no bairro da Parcela 6, o bairro de Santo António foi construído em várias fases, divididas num total de quatro.

A primeira fase foi nos anos 60, com a edificação das primeiras 30 habitações, que serviram para realojar moradores que tinham sido realojados pela construção da A1.

A segunda fase iniciou-se já nos anos 70, no âmbito do SAAL, e prolongou-se até ao início dos anos 80, com a construção total de 104 habitações, que tinham como principal objetivo o realojamento de pessoas oriundas de barracas. Aqui, as habitações foram construídas através de cooperativas de habitação contratadas os moradores.

A terceira fase ocorreu nos anos 90, onde foram construídas 10 habitações. A Foi adotada uma vertente de autoconstrução e autoacabamentos.

Por fim, a quarta fase ocorreu entre 2000 e 2001, com a construção de 6 lotes de habitação social ao abrigo do PER.



Figura 67 - Projeto do Bairro de Santo António (Fonte: CM Loures, 2022)

Em 2021, o bairro recebeu uma intervenção, que incidia sobre o exterior dos blocos habitacionais, de forma a dar resposta a um conjunto de anomalias detetadas, das quais se destaca as infiltrações, degradação e rutura de materiais.¹² (Figura 68

Atualmente, a câmara detém quatro moradias unifamiliares, bem como os blocos habitacionais.



Figura 68 - Registo da intervenção feita em 2021 no Bairro de Santo António

5.6.2 As apropriações informais no bairro

5.6.2.1 Apropriações o espaço público exterior

¹² Fonte: CM Loures: <https://www.cm-loures.pt/noticia.aspx?displayid=12175>

Apropriações com construção em espaços verdes



1



Plantação

Elementos plantados pelos moradores

2



Horta Comunitária

Local entre moradias, que está a ser utilizado para cultivo de alimentos por parte de um grupo de moradores

3



Horta Comunitária

Local entre moradias, que está a ser utilizado para cultivo de alimentos por parte de um grupo de moradores

4



Horta

Lancil do passeio que foi aproveitado por um morador para uma pequena horta

5



Horta Comunitária

Espaço integrado numa área pública. Serve um grupo de moradores

Figura 69 - Planta com registo das apropriações em espaços verdes no Bairro de Santo António

Apropriações com pequenas construções

(Não foram encontradas alterações)

Destruição de espaços coletivos

(Não foram encontradas alterações)

Depósitos ilegais de resíduos

(Não foram encontradas alterações)

5.6.2.2 No envelope do edificado dos edifícios municipais

Á semelhança do bairro de CAR de Camarate, optou-se por resumir as apropriações encontradas, dado a presença do extenso quadro de edificado na malha urbana.

Alteração configuracional e/ou cromática das fachadas exteriores



Figura 70 – Planta com registo das alterações na fachada no Bairro de Santo António

1



Cor

Alteração total da cor da fachada

2



Cor

Alteração total da cor da fachada

3



Cor

Alteração total da cor da fachada

4



Apontamento

Colocação de apontamento na pintura da fachada

5



Revestimento

Colocação de revestimento

6



Cor

Alteração total da cor da fachada

7



Cor

Alteração total da cor da fachada

8



Cor

Alteração total da cor da fachada

9



Cor

Alteração total da cor da fachada

10



Revestimento

Colocação de apontamento na pintura da fachada

11



Cor e revestimento

Alteração total da cor da fachada, com acrescimento de revestimento

12



Cor e revestimento

Alteração total da cor da fachada, com acrescimento de revestimento cerâmico

13



Cor

Alteração total da cor da fachada

14



Cor

Colocação de apontamento na pintura da fachada

15



Cor

Alteração total da cor da fachada

16



Revestimento

Colocação de elemento cerâmico na fachada

17



Revestimento

Colocação de elemento cerâmico na fachada

18



Cor

Alteração total da cor da fachada

19



Revestimento

Colocação de elemento cerâmico na fachada

20



Cor

Colocação de apontamento na pintura da fachada

Alteração dos vãos das janelas



1



Material

2



Portada

3



Gradeamento

4



Portada

5



Portada

Figura 71 - Planta com registo das alterações nas janelas do Bairro de Santo António

6



Portada

7



Portada

8



Portada

9



Portada

10



Portada

11



Portada

12



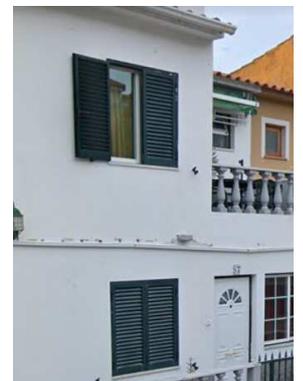
Portada

13



Portada

14



Portada

Alteração dos vãos das portas



Material



Material



Material



Material



Material

Figura 72 - Planta com registo das alterações nas portas no Bairro de Santo António

6



Material

7



Material

8



Material

9



Material

Alteração das coberturas



Figura 73 - Planta com registo das alterações nas coberturas no Bairro de Santo António

1



Extensão

Extensão na cobertura no piso inferior para cobrir entrada exterior

2



Extensão

Extensão na cobertura no piso inferior para cobrir entrada exterior

3



Extensão

Extensão na cobertura no piso superior, com transformação em marquise

4



Extensão

Extensão na cobertura no piso inferior com transformação em marquise

5



Extensão

Extensão na cobertura no piso inferior com transformação em marquise

6



Extensão

Extensão na cobertura no piso inferior, para criação de alpendre

7



Extensão

Extensão na cobertura no piso inferior, para criação de alpendre

8



Extensão

Extensão na cobertura no piso superior para criação de alpendre

9



Extensão

Extensão na cobertura no piso inferior para criação de alpendre

10



Extensão

Extensão na cobertura no piso superior com transformação em marquise

11



Extensão

Extensão na cobertura no piso inferior para criação de alpendre

12



Extensão

Extensão na cobertura no piso inferior para criação de alpendre

13



Extensão

Extensão na cobertura no piso inferior para criação de alpendre

14



Extensão

Extensão na cobertura no piso inferior com transformação em marquise

Alteração dos muros



0 20 40

1



Altura

Subida de altura com recurso a chapa metálica

2



Altura

Subida com recurso a chapa metálica

Figura 74 - Planta com registo das alterações nos muros no Bairro de Santo António

3



Altura

Subida com recurso a chapa metálica

4



Altura e esterotomia

Alteração da esterotomia através de colunas

5



Altura

Subida com recurso a chapa metálica

6



Revestimento e altura

Alteração do revestimento e subida de altura através de colocação de gradeamento

7



Revestimento

Colocação de revestimento exterior

8



Cor

Alteração da esterotomia através de colunas

9



Altura e revestimento

Colocação de revestimento e subida de altura com alvenaria

10



Altura e revestimento

Colocação de revestimento e subida de altura através de colocação de chapa

11



Altura

Colocação de chapa metálica no lancil que delimitava a moradia

12



Altura e revestimento

Colocação de revestimento e subida de altura com gradeamento

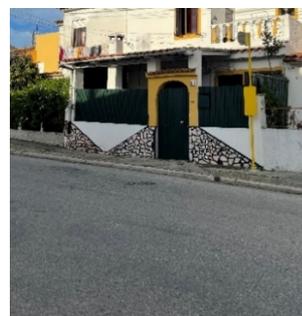
13



Altura e pintura

Alteração da pintura e subida de altura com recurso a chapa metálica

14



Altura e revestimento

Colocação de revestimento e subida de altura com chapa

5.6.3 *Síntese das principais alterações introduzidas pelos moradores no Bairro de Santo António*

Á semelhança do que foi apresentado no bairro CAR de Camarate, o mapeamento não foi exaustivo, considerando que apenas se pretendeu demonstrar um panorama geral e síntese das personalizações encontradas.

Através dos registos marcados no espaço público, percebe-se que o bairro tem um grande ambiente. As hortas localizadas no meio dos edifícios são um bom exemplo do sentimento de segurança, já que, segundo relatos dos moradores, não há registo de roubos. É um elemento partilhado por todos. Tem bons espaços verdes, inclusivamente um skate park com alguns equipamentos de exercício físico, o que faz com que pessoas fora do bairro se desloquem para usufruir deste espaço.

No edificado, encontramos vários elementos de personalização apenas nas moradias. Não foi encontrado nenhum padrão que demonstre alguma necessidade da população. As alterações acabam por assumir um teor mais estético, ou também em termos qualitativos - ou seja, trocaram certos elementos para obter mais conforto em casa.

6 Conclusões e Crítica – Comparações entre os Bairros

Inserido no contexto metropolitano da capital nacional, o concelho de Loures assistiu nas últimas décadas a um crescimento demográfico muito expressivo. As tendências demográficas crescentes, têm sido acompanhadas por sinais de aumento das situações de cariz social dos mais vulneráveis e de dificuldades no acesso a uma habitação condigna. Assim, a preocupação com a habitação social tem vindo a ser uma constante nas políticas do município, e o ELH acaba por ser um culminar disso mesmo.

A análise feita no capítulo assume um esforço para demonstrar que os modos de apropriação são próprios a cada indivíduo, e que a forma como o espaço é desenhado tem influência direta nas dinâmicas do bairro.

De todos os casos de estudo apresentados, pode-se concluir que a Parcela 6 é o bairro que mais problemas apresenta. No geral, percebe-se que a construção, distribuída em duas fases, acabou por de certa forma, ditar as dinâmicas sociais do bairro. No capítulo 5.3.3.1, menciona-se as questões colocadas pelos moradores das moradias, que não tiveram conhecimento da intenção da câmara de construir novos blocos habitacionais. No registo das apropriações informais, o aumento da altura dos muros é um padrão que presenciamos, de forma a não permitir qualquer visibilidade entre interior/exterior. Apesar de existir uma ou outra exceção, pode-se analisar que as alterações encontradas não pretendem melhorar o nível estético, mas sim em termos funcionais e de segurança. A mesma coisa acontece nos edifícios, onde encontramos registos de vários fogos que de alguma forma, introduziram barreiras físicas (caso mais frequente de gradeamento nas entradas e janelas) entre o seu apartamento e a galeria, de acesso público.

No edificado do bairro de Santo António, a realidade é outra. As alterações encontradas evidenciam apenas a intenção de personalização a nível estético, para fornecer identidade, não tendo sido por isso encontradas evidências de apropriações que reflitam algum tipo de problema. De qualquer forma, esta limitação de resultados pode estar associada às recentes intervenções feitas no edificado.

Este panorama é também bem visível no CAR que, à semelhança do Bairro de Stº António, tem padrões de personalizações no edificado associado a questões meramente estéticas, o que se traduz em moradias com diversos resultados. Apenas se destacou a construção de garagem como algo mais comum. No bairro da Quinta das Mós não se encontrou nenhuma apropriação no edificado.

No espaço público, encontramos uma realidade distinta em todos os bairros. No bairro CAR, não foram encontradas quaisquer evidências de apropriações no espaço público. Grande parte das pessoas abordadas refere que utiliza apenas o bairro para pernoitar, e referem a falta de espaços de lazer e comunitários.

No bairro de Santo António, foram encontradas apropriações de espaços verdes para hortas, partilhadas entre todos, sem necessidade de barreiras ou sistemas de segurança. Esta apropriação reforça a ideia de Hertzberger, que explica que o tratamento dos espaços coletivos do bairro podem ser um auxílio na criação de um sentido de comunidade - ou seja, o desenho do bairro deve por isso, conter estímulos para que os moradores se sintam convidados a dar uso a estes espaços. (Hertzberger, 2001). Nas visitas, esse sentido era muito visível, já que todos os moradores se consideram satisfeitos com a sua vivência. No bairro da parcela, encontramos dois locais de hortas, apropriados não pela comunidade, mas sim por pessoas individuais, o que torna esta realidade inviável.

O bairro da Quinta das Mós apresenta algumas apropriações no espaço público, utilizadas maioritariamente por comunidades ciganas. Apesar de ser o bairro social mais recente do parque municipal de Loures, encontramos o espaço público bastante degradado, onde as apropriações são maioritariamente, produzidas pela comunidade cigana que lá reside. Alguns destes registos são semelhantes à Parcela, que também se sabe que são utilizados por estas comunidades.

7 Considerações Finais

As políticas analisadas anteriormente demonstram que, perante a crise na habitação, a solução encontrada passou pela construção em quantidade. Na sua grande maioria, não se teve em conta a realidades sociais e as características dos moradores para os quais as habitações estavam destinadas. Citando o autor Muga, Carvalho (2020) refere que estas políticas foram “*assistencialistas-remediativas*”.

Para além disso, a inflexibilidade na legislação que existe associada ao projeto arquitetónico acaba por não ajudar à forma de habitar das pessoas. Esta afirmação é reforçada por Nuno Portas, que refere que as políticas “(...) *estão longe de responder com aquele conteúdo emocional, cultural e de previsão às exigências da população a alojar, isto é, a exprimir a sua maneira de pensar, viver e sentir para que haja a apropriação do espaço a habitar pelos próprios habitantes.*” (Portas, 2005, pg. 105).

Este estudo procurou analisar e mapear as apropriações com o objetivo de mostrar a necessidade em repensar toda a abordagem na conceção dos espaços habitacionais, através da análise das apropriações encontradas nos casos de estudo.

O caso da Parcela 6, bairro municipal localizado na freguesia de Camarate, Unhos e Apelação, demonstrou que planeamento urbano desenvolvido em várias fases acabou por constituir duas realidades distantes (moradias vs. edifícios), algo que claramente é motivo de discórdia e mau estar entre todos os residentes. As teorias apresentadas no capítulo dois acabam por estar do lado oposto do que foi feito na Parcela 6, onde o projeto não foi pensado para e com as pessoas. Para que isto seja evitado, o habitar deve ser pensado de forma a permitir a apropriação física e simbólica, como o reflexo da identidade de cada pessoa, para que “(...) *ofereça muito mais oportunidades para as pessoas fazerem as suas marcas e identificações pessoais, de tal forma que o lugar possa ser apropriado e anexado por todos, como verdadeiramente lhes pertence.*”¹³(Hertzberger, 2001, p. 47) Quando isto acontece, “(...) *o espaço físico da habitação, mais do que abrigo para o corpo, acolhe a casa. A reciprocidade entre*

¹³ Citação original: “(...) *offers far more opportunities for people to make their personal markings and identifications, in such a way that it can be appropriated and annexed by all as a place that truly 'belongs' to them.*”(Hertzberger, 2001, p. 47)

o comportamento humano e a arquitetura torna-se, portanto, clara." (Carvalho, 2020, pg. 124)

Os mapeamentos apresentados acabam por ser uma ferramenta gráfica que quer evidenciar a necessidade de entender o desenho arquitetônico como algo capaz de abraçar as realidades que o irão ocupar, através da flexibilidade para receber transformações físicas e simbólicas, já que *"(...) se a casa é tão pouco flexível que não consegue responder à evolução das nossas necessidades, cada vez gostamos menos dela."* (Muga, 2006, p. 108)

A arquitetura é uma interdisciplina, algo reforçado por Isabel Guerra. (Guerra, 1994) Para além disso, não se deve assumir que o projeto termina assim que acaba a construção. Foi testemunhado neste trabalho relatos de abandono por parte dos técnicos da câmara, relativamente à manutenção geral, edificado, espaço público e serviços, que alimenta a imagem má do bairro.

As estratégias apresentadas anteriormente (capítulo 2) pretendem contribuir para um desenho de um parque habitacional municipal adequado às necessidades das comunidades locais que garantam os direitos. A ideia passa por ter um processo que seja *"(...) baseado em regras simples de projeto e execução, capaz de assegurar uma primeira fase de instalação, mas concebido por forma tal que não impeça a evolução qualitativa do ambiente da casa e dos níveis de áreas, a par e passo com a evolução sociocultural dos habitantes."* (Portas, 2005, p. 175), para garantir que as habitações consigam de algum modo, suportar as apropriações e costumes de cada pessoa.

De uma forma geral, importa reter que, independentemente da forma final, o processo em torno da habitação social deve ser uma *"(...) chamada à participação", física e simbólica, dos moradores porque, acima de tudo, «uma solução arquitetónica deve ter sempre uma motivação humana.*" (Aalto, 1982, p. 35)¹⁴

¹⁴ Citado por Raquel Carvalho (Carvalho, 2020)

Referências

- Agarez, R. (2018). *Habitação: Cem anos de Políticas Públicas em Portugal, 1918 -2018*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.
- Albuquerque, S. (2014). *Arquitetura ou Revolução*.
- Antunes, J. J. (2011). *Projecto de Requalificação Urbana dos Bairros de Génese Ilegal das Galinheiras e dos Fetais Dentro do tema das Novas Centralidades*.
- Ateliernob. (2014). Definir Informal. In Note (Ed.), *News from Portugal: Homeland* (pp. 67–68).
- Batista, L. (2008). Intervenções Informais: entre a informalidade e aformalidade. *Arq A*, (61), 6–7.
- Bracons, H. (2012). *Processo de Realojamento e Apropriação do Espaço num Bairro Multi-Ético*.
- Cachado, R. (2011). *Realojamento em zonas de fronteira urbana. O caso da Quinta da Vitória, Loures*.
- Cachado, R. (2013). O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social. *Revista Do Instituto de Ciências Sociais Da U. Lisboa*.
- Carvalho, R. (2020). *Modos de apropriação de espaços habitacionais Relatos de vivências na habitação social*.
- Correia, H. (2015). *A Gestão Pública como instrumento de combate à estigmatização e sentimentos de (in) segurança nos Bairros Sociais Estudo de Caso: Bairro de Habitação Social "Quinta do Mocho."*
- Decreto-Lei n. 23052 de 23 de Setembro da Presidência do Conselho - Sub-Secretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, Pub. L. No. Diário do Governo n.º 217/1933, Série I de 1933-09-23. (1993).
- Decreto-Lei n.º 37/2018 de 4 de junho do XXI Governo Constitucional, Pub. L. No. Diário da República n.º 106/2018, Série I de 2018-06-04 (2018).
- Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de maio do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Pub. L. No. Diário da República n.º 106/1993, Série I-A de 1993-05-07 (1993).

- Decreto-Lei n.º 49033 de 28 de maio do Ministério das Obras Públicas - Gabinete do Ministro, Pub. L. No. Diário do Governo n.º 126/1969, Série I de 1969-05-28 (1969).
- Eco, H. (2016). *Obra Aberta* (Relógio d'Água).
- Eloy, S., & Vermaas, P. E. (2022). "Architectural approaches to housing customization: introducing the Inhabitant-Driven Customization approach and the MyChanges tool."
- EY Parthenon. (2021). *Estratégia Local de Habitação de Loures*.
- Galhardo, J. (2014). As desigualdades fontes de dinâmicas urbanas no centro histórico de Lisboa. *Cadernos Metrópole*, 16(32), 513–536. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3210>
- Gros, M. (1994). Pequena história do alojamento em Portugal. *Sociedade e Territórios*, (20), 80–90.
- Guerra, I. (1994). As Pessoas não são Coisas que se ponham em Gavetas. *Sociedade e Territórios*, 11–16.
- Hertzberger, H. (2001). *Lessons for Students in Architecture*. (Roterdão: 010 Publishers, Ed.) (4º Edição).
- Jorge, S. (n.d.). Da Produção à Qualificação do Espaço de Génese Ilegal: o caso da freguesia de Unhos. 2010.
- Leupen, B. (2011). *Housing Design. A Manual*. Roterdão: NAI Publishers.
- Martins, J. (2015). *A Forma como Elemento Estruturante do Espaço Social: O Equipamento e Espaços Públicos como Elementos (re) Quaificadores do Bairro da Quinta do Mocho*.
- Neves, S. (2013). *A Habitação Evolutiva como meio de ligação do Bairro à Cidade. Bairro do Barruncho, Odivelas*.
- Portas, N. (1986). _Nuno Portas - O Processo SAAL, Entre o Estado e o Poder Local. *Crítica de Ciências Sociais*.
- Ramos, G. (2018). *Uso e Apropriação em Arquitetura: Dois Casos de Estudo*.

- Rodrigues, A. (2015). *A experiência da Quinta da Malagueira (1977). Ensinaamentos e cautelas na concretização da habitação de custos controlados, para uma arquitetura avisada*. São Paulo, Brasil.
- Rodrigues, C. (2014). *Participação e qualidade da democracia no Portugal democrático: O caso real do realojamento do bairro de Santo António em Camarate*.
- Rodrigues, E., Ferreira, H., Mendes, M. M., & Januário, S. (1999). *A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal*.
- Salgueiro, T. (1992). *A Cidade em Portugal, Edições Afrontamento, Lisboa*. (Edições Afrontamento, Ed.). Lisboa.
- Sanoff, H. (2000). *Community Participation Methods in Design and Planning, John Wiley & Sons, New York*. (John Wiley & Sons, Ed.). Nova Iorque.
- Turner, J. (1977). *Housing by People: Towards Autonomy in Building Environments*. (P. Books, Ed.).

Anexo 1 – Workshop

No âmbito do Projeto Final de Arquitetura foi realizado um workshop durante a semana de 7-11 março 2022 com a duração de uma semana. Pretendia proporcionar uma proximidade e interação entre os alunos de várias turmas, onde foram repartidos em grupos de cerca de seis pessoas.

O trabalho desenvolvido foi proposto pelo atelier do Corvo, e tinha como desafio intervir no Mosteiro de Santa Clara, em Coimbra. O workshop iniciou-se nessa cidade, os grupos de estudantes passaram dois dias a trabalhar local de intervenção, tendo depois regressado a Lisboa para dar continuidade ao trabalho. (Figura 75)

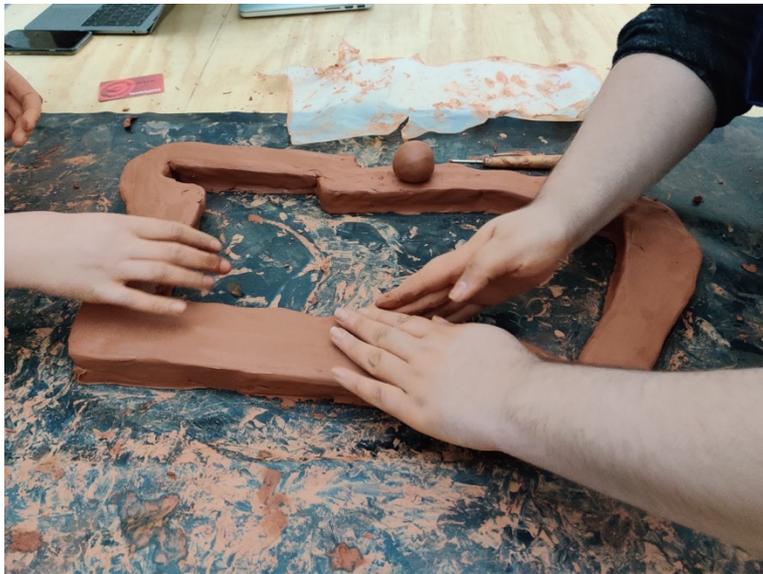


Figura 75 - Maquete de estudo em barro (Silva, Inês)

O Mosteiro de Santa Clara a Nova é rodeado por uma grande muralha que separa o próprio mosteiro das áreas rurais e urbanas envolventes. Desta forma, a proposta pretende unificar toda a margem esquerda (a poente) da cidade de Coimbra.

Este perímetro (figura 76), definido pela muralha, afirma-se na proposta como o principal conceito, sendo que, o objetivo é criar um percurso à volta da mesma, diminuindo a discrepância entre áreas densificadas e áreas por densificar, inserindo nas

zonas por densificar vários volumes, cujo programa deveria ser versátil e conforme a necessidade da própria margem da cidade e enaltecer a fachada principal, a nascente, do Mosteiro de Santa Clara a Nova.

Os volumes (figura 78) são inseridos estrategicamente em zonas de difícil acessibilidade, e é através destes que se resolve as conexões entre o interior e o exterior da muralha partindo de entradas existentes, como a Calçada de Santa Isabel, a Rua Coelho da Rocha e a uma nova entrada ligada ao parque de estacionamento na Rua Augusto de Matos. Existem apenas dois espaços, na Rua Coelho da Rocha e na Rua Augusto de Matos onde há uma “quebra” da volumetria criando duas praças públicas que ligam o Mosteiro, à muralha, e, por sua vez, a muralha às zonas urbanas existentes. Estas praças pretendem melhorar as acessibilidades na relação entre todos estes espaços.

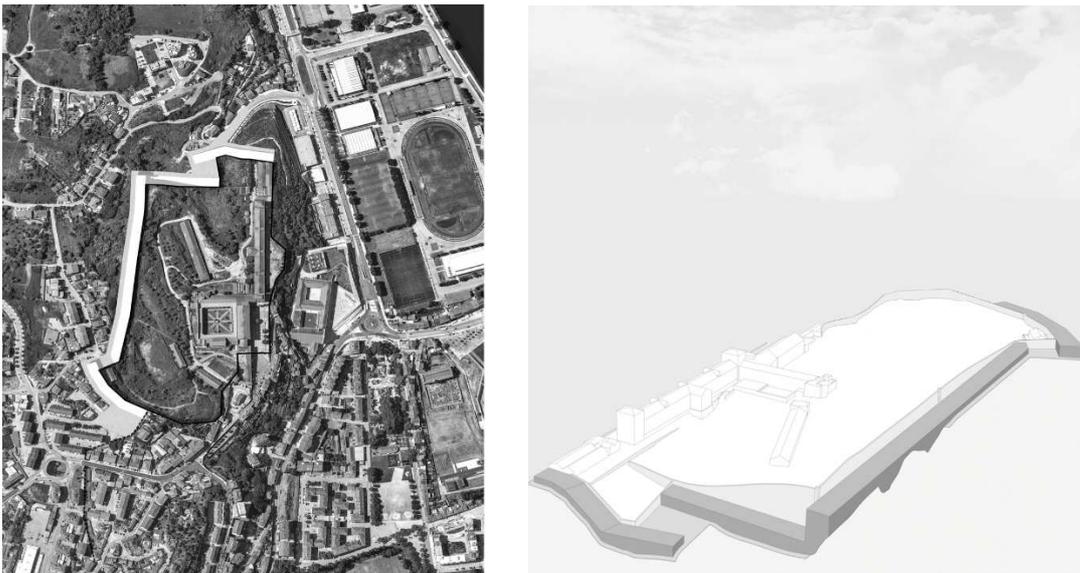


Figura 76 - Ortofotomapa e axonometria do projeto (Autoria: grupo de estudantes do Projeto Final de Arquitetura 2021-2022)

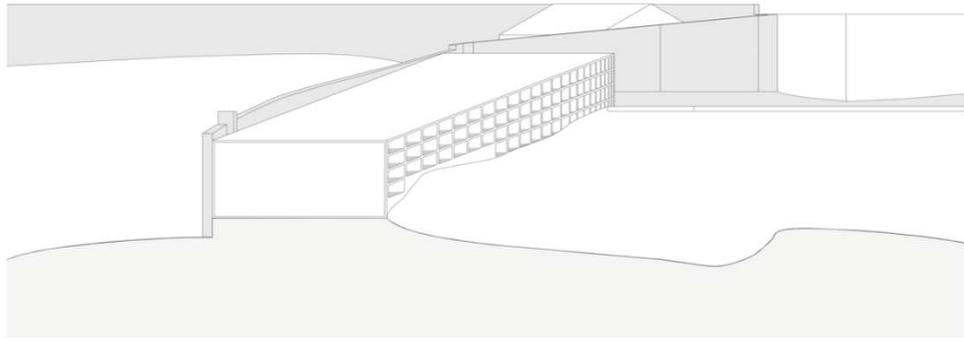


Figura 77 – Vista axonométrica da intervenção e corte perspectivado (Autoria: grupo de estudantes do Projeto Final de Arquitetura 2021-2022)

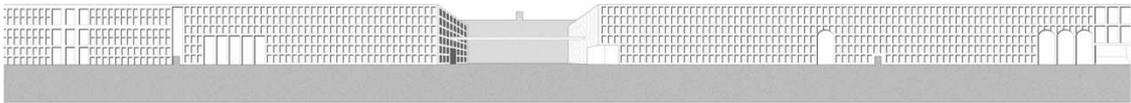


Figura 78 - Alçado Conceptual (Autoria: grupo de estudantes do Projeto Final de Arquitetura 2021-2022)



Figura 79 – Fotomontagem sobre a passagem e a conexão entre a Cerca e a muralha (Autoria: grupo de estudantes do Projeto Final de Arquitetura 2021-2022)